



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS CAMPUS JORGE AMADO
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS**

KÁTIA GOMES DE ALMEIDA BRAGA

**AS PRÁTICAS LÚDICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA VERBAL,
PRESENTE NO COTIDIANO DO POVO PRETO BRASILEIRO**

Itabuna

2022

KÁTIA GOMES DE ALMEIDA BRAGA

**AS PRÁTICAS LÚDICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA VERBAL,
PRESENTE NO COTIDIANO DO POVO PRETO BRASILEIRO**

Memorial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências-PPGER/CJA da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Professora Dra. Célia Regina da Silva

Itabuna

2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

B813p

Braga, Kátia Gomes de Almeida, 1982-

As práticas lúdicas no enfrentamento à violência verbal, presente no cotidiano do povo preto brasileiro / Kátia Gomes de Almeida Braga. – Itabuna : UFSB, 2022. - 99f.

Memorial (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais, 2022.

Orientadora: Dra. Célia Regina da Silva.

1. Racismo na linguagem. 2. Antirracismo. 3. Educação não-formal. I. Título.

CDD – 469.2

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

KÁTIA GOMES DE ALMEIDA BRAGA

**AS PRÁTICAS LÚDICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA VERBAL,
PRESENTE NO COTIDIANO DO POVO PRETO BRASILEIRO**

Memorial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências-PPGER/CJA da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Itabuna, 10 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Célia Regina da Silva- UFSB
Orientadora

Prof^a. Dr(a) Ana Cristina Santos Peixoto- UFSB/PPGER

Dr(a) Rosângela Malachias- UERJ/FEBF

DEDICATÓRIA

Essa produção acadêmica é dedicada a todas as filhas e filhos de lavadeiras deste país, a todos os filhos e filhas das “fábricas de desajustados”, como classificou o atual Vice-Presidente da República ao se referir às mães solos do país que, com muito ardor e suor, lutam diariamente para proporcionar um futuro melhor à sua prole.

Às mulheres e homens negros que, com muita determinação, têm colorido as universidades, as salas dos docentes universitários, da OAB, dos tribunais, dos parlamentos, dos cargos de diretoria, gerência e de alto escalão deste nosso Brasil.

Para, ainda, a pequena parcela da branquitude que entendeu que a luta antirracista não é uma luta exclusiva dos negros, mas que deve ser também integrada por eles para que, só então, possamos realmente sonhar com uma sociedade justa e igualitária, na qual “ninguém solta a mão de ninguém¹”.

¹Frase de autoria de Lêda Maria Brandi Nardelli, viralizada na internet em 2018 após a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, após publicação de sua filha e artista Thereza Nardelli.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

A minha mãe, Sebastiana, pelo exemplo de mulher, por sua garra e força e por todo investimento de sua vida para comigo e meus irmãos. Tudo que conquistei foi por causa dos sacrifícios que fez para que eu estudasse e enxergasse na educação um caminho para uma vida melhor. Ao meu querido esposo, Felipe, pela parceria nesta vida.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela riqueza de conhecimento partilhada comigo, pelos referenciais teóricos disponibilizados que me descortinaram os olhos e me fizeram compreender com mais profundidade os percalços de minha caminhada e que são, na verdade, os percalços de muitos negros e negras nesse país.

A minha orientadora, professora Dra. Célia Regina da Silva, por sua parceria, paciência e empenho a mim dedicados. Sua valorosa contribuição foi essencial para conclusão deste trabalho.

Ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores pelas políticas públicas de financiamento estudantil que permitiram que eu, uma mulher negra, filha de lavadeira, alcançasse lugares antes tão distantes para pessoas como eu.

Aos meus colegas de Mestrado pela parceria, companheirismo e ajuda nesses dois anos de estudos.

RESUMO

Este memorial acadêmico dedica-se à análise das relações entre nosso vocabulário cotidiano e o racismo presente em nossa sociedade brasileira. Tendo como ponto de partida traços de pesquisa-intervenção, com a utilização da entrevista semiestruturada como técnica de pesquisa, buscamos construir uma estrutura de conhecimento que busque combater esses vocábulos historicamente pejorativos, violentos e racistas que se encontram arraigados em nosso vocabulário cotidiano. A partir desse diálogo de trocas de conhecimentos e vivências proporcionados pela pesquisa, agregado à busca de uma abordagem interdisciplinar de pensadores intelectuais negros e negras, surgiu o projeto “As práticas lúdicas no enfrentamento à violência verbal, presente no cotidiano do povo preto brasileiro”. O racismo linguístico é uma vertente do racismo utilizado diariamente como forma de manter as estruturas de poder do branco sobre o preto, e por meio de vocábulos comuns e de forma subliminar, validar a “superioridade da raça branca” sobre as demais. Assim, o presente trabalho acadêmico trata-se de um olhar sobre a utilização de práticas lúdicas na luta contra violência verbal, fruto do racismo linguístico, presente em nossa sociedade, e, principalmente, que esta ferramenta antirracista seja acessível de forma gratuita à população negra hipossuficiente.

Palavras-chave: Racismo Linguístico. Práticas Antirracistas. Educação Informal. Lúdico.

RESUMEN

Este memorial académico se dedica al análisis de las relaciones entre nuestro vocabulario cotidiano y el racismo presente en nuestra sociedad brasileña. Tiene como punto de partida trazos de pesquisa intervención, con la utilización de la entrevista semiestructurada como técnica de pesquisa, procuramos construir una estructura de conocimientos que busque combatir esos vocablos históricamente peyorativos, violentos y racistas que se encuentran arraigados en nuestro vocabulario cotidiano. A partir de ese dialogo de cambio de conocimientos y vivencias proporcionadas por la pesquisa, juntamente con la búsqueda de un abordaje interdisciplinar de pensadores e intelectuales negros y negras, surgió el proyecto “Las practicas lúdicas en el enfrentamiento a la violencia verbal, presente en el cotidiano del pueblo negro brasileño”. El racismo lingüístico es una vertiente del racismo utilizado diariamente como modo de mantener las estructuras del poder del blanco sobre negro, y por medio de vocablos comunes y de modo subliminar, validar la “superioridad de la raza blanca” sobre las demás. Así, el presente trabajo académico se trata de una mirada sobre la utilización de prácticas lúdicas en la lucha contra la violencia verbal, fruto del racismo lingüístico, presente en nuestra sociedad y, principalmente, que esta herramienta antirracista sea accesible de forma gratuita a la población negra pobre.

Palabras-clave: Racismo Lingüístico. Prácticas antirracistas. Educación informal. Lúdico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Pesquisa sobre negros e negras no poder Judiciário.....	30
Tabela 2	Dados socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário	30
Gráfico 2	Razões pelas quais já sofreu preconceito (em%).	35
Gráfico 3	Declarou já ter sofrido preconceito por cor ou raça (%).	35
Gráfico 4	Negros e brancos têm oportunidades iguais no Brasil?	36
Gráfico 5	O Brasil é um país racista?	37
Gráfico 6	O Sr.(a) já presenciou um ato de discriminação racial contra outra pessoa?	38
Gráfico 7	O Sr.(a) já foi vítima de preconceito em razão da cor da pele?	38
Gráfico 8	Gamers por gênero no Brasil.	63
Gráfico 9	Gamers por idade no Brasil.	64

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
PPGER	Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relação Étnico-Raciais
PROUNI	Programa Universidade para todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS VIELAS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 O RACISMO NO SUPOSTO PAÍS DA DEMOCRACIA RACIAL.....	24
2.2 LINGUAGEM E SOCIEDADE: PENSANDO SOBRE O RACISMO LINGUISTICO.....	40
2.3 EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	46
2.4 REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A LEI Nº 10.639/03	50
2.5 O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA.....	54
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	56
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	56
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	56
3.3 COLETA DE DADOS.....	57
3.4 ASPECTOS ÉTICOS.....	58
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	59
4.1 VOCÁBULOS E TERMOS RACISTAS NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	59
4.2 PRODUTO FINAL: APRESENTANDO O PAPO BLACK.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICES.....	74
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	75
APÊNDICE B- PRODUTO FINAL: PAPO BLACK.....	77

“Não sou descecendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram
escravizados”.
Makota Valdina

INTRODUÇÃO

O termo “racismo”, segundo o dicionário Michaelis, é derivado de “raça” agregado ao sufixo “ismo”, tendo como significado um conjunto de ciência, doutrina, predisposição ou propensão. E, em seu viés gramatical, o mesmo dicionário o conceitua como a doutrina que define a supremacia de uma raça sobre outra, possibilitando que esta manifeste atitude de dominação e hostilidade sobre as demais raças a qual considera como inferior.

O professor Kabengele Munanga (2003, p.8) define o racismo como sendo uma “crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Para o intelectual, o racismo também pode ser definido como “tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2003, p.8).

Nessa seara, em seu contexto social, o racismo é um fenômeno que desumaniza e suprime os demais de direito à dignidade humana por decorrência da cor da pele, características físicas, etnia, religião, cultura e/ou orientação sexual, e considera a concepção de superioridade de uma raça sobre a outra.

Ainda segundo Kabengele Munanga (2003), o conceito de racismo nasceu por volta de 1920, e já recebeu várias definições que nem sempre têm o mesmo significado ou mesmo denominador comum. O autor frisa que, por questões lógica e ideológicas, seu conceito é abordado a partir da raça e as extremas variedades das possíveis relações.

O termo racismo é usualmente utilizado como sinônimo de preconceito e/ou discriminação, no entanto, antropologicamente, cada termo têm seu próprio significado. No entanto, usualmente, várias pesquisas e artigos utilizam essas palavras como sinônimas. Faz-se, então, necessário o ajuste desse termo para, em algumas citações utilizá-las como sinônimas, em que a palavra racismo abarcará tanto a discriminação racial como preconceito racial, uma vez que os três resultam do fenômeno social arraigado em crenças e valores da superioridade de uma raça sobre as demais, resultando nas desigualdades sociais, econômicas, trabalhistas, familiares e criminais, possibilitando, assim, ampliar a revisão bibliográfica e o aporte teórico deste trabalho.

O racismo linguístico é apenas uma das várias vertentes de racismo existentes em nossa sociedade, o qual Gabriel Nascimento (2019) define como sendo o preconceito racial entrelaçado com o social e o linguístico. Para esse pesquisador, o racismo linguístico não pode se resumir apenas a estudos de vocábulos ou na simples troca destes. Para ele, “o racismo linguístico ainda é um conceito pouco acadêmico porque sua investidura não é puramente linguística, mas histórica. É a história que provoca o conhecimento dos estudos linguísticos nesse caso, mas não necessariamente o contrário tem acontecido” (NASCIMENTO, 2019).

Na acepção de Marcos Bagno, o preconceito linguístico é

todo juízo de valor negativo (de reprovação, de repulsa ou mesmo de desrespeito) às variedades linguísticas de menor prestígio social. Ele está diretamente ligado a outros preconceitos (regional, cultural, socioeconômico etc.) e, no Brasil, atinge principalmente as regiões mais pobres da nação e dos grandes centros urbanos (BAGNO, online.).

Nota-se, a partir do pensamento do linguista anteriormente citado que, além do preconceito por conta do pertencimento étnico, muitos brasileiros e brasileiras ainda sofrem com a discriminação por conta da região a que pertencem, da religião, cultura e até mesmo pelo modo de falar. Isso tudo mostra o quanto é urgente o investimento numa educação multiculturalista que coopere para que as pessoas possam respeitar as diversidades culturais.

Assim sendo, esta pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: quais os vocábulos de teor racista mais presentes no vocabulário cotidiano do brasileiro? Além dessa pergunta, outros questionamentos nos inquietam, quais sejam: de que forma as ações antirracistas podem/devem chegar à sociedade? Como fazer com que essas ações antirracistas sejam acessíveis a pessoas de baixa renda? Como abordar o racismo linguístico em uma linguagem mais acessível para a população com menor grau de instrução? Como desenvolver neles um olhar crítico e transformador sobre o nosso vocabulário, de forma a buscar uma ressignificação desses termos?

Por conseguinte, este trabalho acadêmico apresenta como objetivo geral identificar os vocábulos de origem racistas mais presentes cotidianamente em nosso léxico. Como objetivo específico apresentar o significado originário com vertente racista desses termos e as possíveis formas de ressignificações, quando possível; refletir como esses vocabulários auxiliam na preservação do racismo em nossa

sociedade; identificar como a utilização de práticas lúdicas pode ao mesmo tempo ser usada no combate dessa violência linguística e ser acessível à população menos favorecida.

Desta forma, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa haja vista que centra-se não em amostras estatísticas, mas em experiências que sejam relevantes, significativas para a investigação. Assim sendo, o que de fato importa “são as experiências, os fatos, as situações e os significados que os sujeitos produzem a partir da sua experiência e das relações que essas experiências particulares estabelecem com o coletivo, a forma como se vinculam aos contextos mais gerais (BRAGA, 2012, p. 41).

A partir do levantamento dos termos de teor racista mais utilizados no vocabulário cotidiano, construímos como **Produto Final**, a fim de atendermos às especificidades do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da UFSB, um jogo com o propósito de levar as pessoas a refletirem sobre o racismo linguístico a partir de uma atividade lúdica. Nomeamos esse jogo como **Papo Black**.

Para fins de organização, convém esclarecer que essa pesquisa está organizada em seis sessões. A primeira é a introdução na qual apresentamos o tema desse estudo e os objetivos a serem alcançados. A segunda sessão corresponde ao relato de experiência, no qual elucidamos os percursos de vida que nos levaram a escolha do tema de investigação. A terceira sessão é a do aporte teórico no qual apresentamos os conceitos e ideias de pesquisadores mais experientes acerca da temática desse memorial. A quarta sessão diz respeito ao percurso metodológico seguido para realização dessa pesquisa. A quinta sessão é a dos resultados e discussão onde discutimos os achados dessa pesquisa relacionando-os com as teorias que embasaram nosso pensamento. Por fim, as considerações finais e as referências encerram os elementos textuais do nosso estudo.

1. RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS VIELAS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI

Falar de racismo é falar sobre o cotidiano que permeia quase a totalidade dos 56% da população brasileira, ou seja, todos os pretos e pardos que, nos padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formam a população brasileira. Segundo dados estatísticos do IBGE, a população brasileira é formada, em sua maioria, por pessoas que se autodeclararam pretas/pardas, sendo que deste percentual, 27,80% são mulheres.

Antes de elucidar os motivos que me levaram a escolher o termo vielas para compor o título dessa seção, importa esclarecer que nessa pesquisa de Mestrado ora o uso termo população negra, ora população preta. Em outros momentos também falo de negro ou de preto. Cabe ressaltar que me amparo nas palavras de Conceição Evaristo e do cientista político Cristiano Rodrigues, professor e pesquisador do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ambos, em entrevista ao Jornal Estado de Minas, afirmaram que os termos negro(a) /preto(a) não se opõem. A questão de qual palavra usar mais tem a ver com idade do que outro fator. Os mais jovens tendem a preferir o termo preto. As pessoas mais velhas costumam recorrer ao termo negro, vocábulo que em outros momentos foi usado de forma negativa, mas cuja semântica foi positivada a partir da intensa luta do Movimento Negro e ao trabalho de poetas que passaram a enaltecer esse termo. Assim sendo, quando usamos o termo negro não estamos sendo diminuídos, ofendidos, ao contrário, é uma forma de afirmarmos nossas identidades. Portanto, ser preto, ser negro, é aqui nesta pesquisa termo correlato.

Feitos esses esclarecimentos, vejamos o motivo pelo qual falo de viela. Minha viela poderia ser a de qualquer um desses brasileiros negros, mas é a minha viela, ou seja, o percurso que precisei caminhar para chegar até esta academia UFSB. Mas, por que escolhi o termo vielas?

A substituição do termo viela à palavra “trajetória” se deu de forma proposital para enfatizar que o caminho que uma pessoa negra precisa percorrer para conseguir adentrar em uma academia neste país é estatisticamente mais custoso do que para a pessoa branca.

Nascida no interior de Minas Gerais, sou a sexta filha de uma mulher negra,

hoje com 84 anos e que sempre relata, com um sorriso nos olhos, que tinha o sonho de ter seis filhos, e que “Deus realizou esse sonho”.

No entanto, como às vezes o sonho de um cônjuge nem sempre é o mesmo que o do outro, quando eu tinha um ano de idade, meu pai decidiu sair de casa para viver sua vida e ser feliz. E como ocorre com inúmeras mulheres negras deste país, minha mãe foi lavar roupas para algumas famílias mais afortunadas para sozinha, criar, educar e alimentar os seus seis filhos, uma vez que, quando engravidou de seu terceiro filho, ela saiu do emprego para cuidar dos filhos a pedido de meu pai.

Minha mãe, conhecida como Dona Naná, atravessava a cidade e caminhava vários quilômetros com uma trouxa de roupas na cabeça, mas sempre com um propósito em seu coração: “que vocês, meus filhos, estudem para não acabar como eu”, ou seja, para que não precisássemos trabalhar lavando roupas para “eles”. Trata-se de uma explicação para as pessoas brancas que lerem este memorial, pois se você, leitor, é negro, é quase certo que conhece este contexto. E esse contexto dialoga com a fala de Conceição Evaristo quando ela declara

Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos. Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mofarem acumuladas nas tinas e nas bacias. A chuva contínua retardava o trabalho e pouco dinheiro, advindo dessa tarefa, demorava mais e mais no tempo. Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida. Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita (EVARISTO, 2008).

Lembro-me como se fosse hoje, no quadrimestre de 2020, do dia em que fui apresentada a este lindo texto de Conceição Evaristo, “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”, pela orientadora Dra. Célia Regina. Com certeza um dos textos mais lindos e que mais marcou minha trajetória acadêmica.

Enquanto lia cada parágrafo deste texto, sentia um nó na garganta e as lágrimas não podiam ser contidas. Eu conseguia me ver em todo aquele contexto. Quando a autora narra que sua mãe desenhava o sol no chão como um pedido aos ancestrais para que concedesse o sol para aquelas roupas secarem, remeteu-me à minha mãe, embora de outra religião, todos os dias pendurando a roupa no varal, sempre mexendo os lábios e, silenciosamente, pedindo ao seu Deus para que não chovesse.

E eu, ainda criança e na minha imaturidade, dizia a ela para não incomodar a

Deus com isso porque Ele tinha coisas mais importantes para cuidar. No entanto, mal sabia que o meu alimento de cada dia dependia daquele sol que fazia as roupas secarem, e no mundo de minha mãe, não havia nada mais importante do que nos sustentar.

Minha mãe não era uma ativista, não lutava bravamente contra o racismo ou contra as opressões de sua classe e gênero, mas como relata Lélia Gonzalez em seu texto “Mulher negra, essa quilombola”, ela desenvolveu sua própria resistência, uma resistência passiva, uma vez que, mesmo servindo a seus patrões, lavando suas roupas, ela, em silêncio, deixava de comprar a carne da semana para pagar a parcela da enciclopédia Barsa, a mesma que os filhos dos patrões estudavam, para que seus seis filhos pudessem estudar e “não ter que passar por isso”.

Neste contexto, cresci em uma comunidade de pessoas pobres, em sua maioria negras, sempre estudando em escola pública, e talvez por isso o racismo não tivesse sido ainda tão cruel comigo, pois como tinha muitos pares ao meu redor, vivenciava um ambiente saudável e de acolhimento.

Contudo, quando ingressei na quinta série do primeiro grau, tive contato com a primeira situação de racismo explícito que me ocorreu após ser aprovada em um dos primeiros lugares na seleção para estudar na escola pública do meu bairro, conhecida na época como a melhor da cidade. Tive a “sorte” de ficar na turma A devido à colocação alcançada no teste. No entanto, o que era para ser um mérito se tornou um grande pesadelo, pois essa turma era formada majoritariamente por adolescentes brancos e de classe média alta da cidade.

Desde o início do ano letivo, por mais que me esforçasse, não conseguia me integrar à turma, fazer amizades, e por mais que tirasse notas altas, não conseguia formar grupos para fazer trabalho comigo. Eu, naquela época de adolescência, não conseguia entender o porquê dessas situações, então comecei a me achar “burra” e a “adoecer” durante quase todo o ano letivo para não ter que ir às aulas.

Só após muitos anos entendi que se tratava de preconceito por causa da minha cor, cabelo e condição social, e que para aquele grupo de adolescentes, brancos e de classe média alta, eu, negra e pobre, era invisível. Como dito pela professora Diva Guimarães, “um negro pra estudar e pobre, passa por muitas humilhações”, ou seja, a luta do negro para conseguir estudar e se formar neste país permeia várias gerações e ainda existe no cotidiano de nossas crianças negras contemporâneas.

O tempo passou, a semente brotou, e quando adulta, sempre acreditei e ainda acredito que a educação era a única forma de uma pessoa mudar sua realidade social e econômica. No entanto, trabalhando no comércio como balconista, meu sonho de cursar uma faculdade era cada vez mais distante, uma vez que na região onde eu morava não havia faculdade pública e minha família não tinha condições de manter meus estudos fora de casa.

Foi quando, em 2005, finalmente consegui ingressar em uma faculdade particular por meio do Prouni (Programa Universidade para todos), criado no governo do ex-presidente Lula, para cursar Direito. Assim, apenas por meio de políticas públicas, tive a felicidade de fazer minha tão sonhada faculdade.

Já no ano de 2007, fui aprovada e tomei posse no primeiro cargo público para Agente Penitenciário de MG, atualmente reconhecida como Polícia Penal, função que exerci até 2013, ano no qual fui aprovada como Escrivã da Polícia Civil do ES, função a que me dediquei até 2017 na cidade de Serra/ES.

Durante esses quase dez anos como servidora pública com atuação na área criminal, sempre me incomodou o elevado número de pessoas negras suspeitas, autuadas em inquéritos policiais, condenadas, presas preventivamente ou por sentença transitada em julgado, no entanto, a *contrário sensu*, nos bancos da faculdade de direito, na minha pós-graduação na PUC Minas, em 2012, nos processos de concursos públicos que exigiam formação em Direito, nós, pretos, éramos a esmagadora minoria. Tal constatação sempre me fez refletir sobre meu lugar nesses espaços e minha função retributiva.

Esse meu caminho profissional são fatos que não destoam dos dados estatísticos das pesquisas oficiais. Conforme pesquisa realizada pelo Inep em 2013, encomendada pelo grupo UOL, apenas 5,03% dos alunos que concluíram o curso de Direito em 2010 eram negros ou pardos. Graças às intensivas políticas públicas afirmativas de cotas, no governo do PT, esse número teve um aumento significativo, passando para 43,80%, como demonstrada na pesquisa publicada pelo grupo *O Globo* em 20 de novembro de 2019.

A mudança de cor do mundo acadêmico, porém, ainda está longe de alcançar os grandes cargos do mundo jurídico no Brasil. Segundo pesquisa do grupo Veja, publicada em agosto de 2020, apenas 18% dos juízes brasileiros são pretos, e de acordo com um levantamento feito pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) em 2019, menos de 1% dos advogados que compõem os

grandes escritórios de advocacias são negros.

Em contrapartida, essa mesma pesquisa da Veja mostrou que os negros compõem 62% da população carcerária e 75% dos mortos em ações policiais. Assim, é de fácil constatação que nós, negros, ainda temos um enorme percurso pela frente.

Ainda sobre minha estrada, em 2017, fui aprovada em concurso público para delegatária de cartório na Bahia, função popularmente conhecida como “dono de cartório”. Desde então, resido na cidade de Ilhéus/BA exercendo a função de Oficial de Registro e Tabelião de um cartório desta comarca.

Mas confesso que, neste contexto, imaginei que minha trajetória seria mais tranquila, uma vez que a Bahia é formada por uma população majoritariamente de pessoas pretas e pardas. No entanto, esse número expressivo de pessoas que se declaram negras e pardas não é o suficiente para combater o preconceito deixado pela herança escravocrata.

Lembro-me bem que logo que instalei o cartório, várias pessoas chegavam e pediam para falar com a Tabelião, e era quase hilária a expressão de surpresa das pessoas ao me verem. Não foram poucas as vezes que ouvi a seguinte constatação: “Nossa! Você é muito humilde para ser dona do cartório”. Eu apenas abria um sorriso, entendendo todo o preconceito carregado naquelas falas, porque mesmo sem me conhecer, as pessoas eram capazes de me classificar como “humilde”, enquanto, na verdade, a expressão facial delas refletia nitidamente a surpresa em ver uma mulher negra em posição de chefia, sem contar as vezes que pediam para falar com meu chefe.

Assim, finalmente entendi que apesar de sermos, em números, a maioria no local, a branquitude sempre ficará surpresa ao se deparar com uma mulher negra em uma posição de destaque. Foi nesse contexto que refleti sobre minha trajetória para galgar este meu cargo tão almejado, o qual foi repleto de obstáculos simplesmente por ser uma mulher negra em uma sociedade machista e racista, transformando minha trajetória em verdadeiras vielas, muito mais árduas e mais dolorosa do que as percorridas pela branquitude para chegar ao mesmo local.

Essa reflexão me levou à consciência da necessidade de exercer a minha missão de retribuição, compreendendo a importância de discutirmos o racismo em nossa sociedade, de questionarmos o porquê de nós, pretos, estarmos na base da sociedade, o porquê de os pretos estarem sempre exercendo cargos, papéis, funções que são, em sua maioria, trabalhos informais, denominados como subempregos, por

vezes em condições sub-humanas, sem a devida valorização, enquanto os cargos de alto escalão de nosso país são preenchidos, em sua maioria irrefragável, por pessoas brancas. De variados questionamentos nasceu este projeto de pesquisa, conduzindo-me até o ingresso neste Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da UFSB.

Meu primeiro contato com este mestrado foi como aluna especial em 2019, no componente curricular “Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra”, e me recordo como no primeiro dia de aula a docente Cynthia De Cassia Santos Barra solicitou que cada aluno descrevesse a disciplina em uma só palavra, e um dos colegas citou a “Invisibilidade Negra”. Este momento, para mim, foi um verdadeiro déjà-vu, conseguindo entender todas as vezes que mesmo estando entre meus “aparentes” pares na graduação, na pós-graduação, nas etapas dos concursos públicos, a branquitude agisse como se eu ali não estivesse. Como uma expressão poderia ser, para mim, tão reveladora?!

Enfim, o fenômeno que me atormentava durante anos tinha “nome e sobrenome”, o que me fez querer me aprofundar no tema, o qual foi meu trabalho de conclusão desse componente curricular “Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra”. O termo “invisibilidade”, segundo o dicionário Michaelis, significa “qualidade invisível, do que não tem visibilidade.”

A invisibilidade é uma teoria social que explica por que alguns indivíduos se tornam invisíveis para determinado grupo ou classe social. Esse fenômeno é consequência da união de um grupo de pessoas que se identificam pelas suas características físicas, econômicas e sociais, e invisibilizam os demais indivíduos, os quais eles acreditam não serem capaz de integrar esse grupo. Com certeza, os séculos de escravidão deixaram ao Brasil como herança a invisibilidade do negro. Segundo Leite (1996, p.41), “não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente”. Dessa forma, o conceito de

Invisibilidade Social tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade. Existem diversos fatores que contribuem para que a invisibilidade social ocorra: histórico, cultural, social, religioso, econômico, estético etc. (CECHINATO et al., 2014)

Nessa seara, os termos “imperceptível” e/ou “despercebido” retratam perfeitamente os tratamentos diários direcionados à população negra nos serviços

públicos, nos comércios, nas escolas, nos hospitais e até mesmo em instituições religiosas, as quais, teoricamente, seriam locais de amparo e amor. Mas como essa invisibilidade ocorre na prática?

Essa invisibilidade ocorre quando uma pessoa de cor negra entra em uma loja em busca de um produto e as atendentes não se direcionam a ela para atendê-la, ou o fazem com descaso, como se tivessem certeza de que aquela pessoa negra não teria condições financeiras para adquirir aquele produto. Ocorre também nos atendimentos na rede de saúde, como exemplifica a pesquisa realizada pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), em São Paulo, que constatou que entre os anos de 2002 a 2004, a taxa de mortalidade por causa materna entre as mulheres negras foi quatro vezes maior se comparada à morte de mulheres brancas.

Outro aspecto dessa invisibilidade é a falta de representatividade da população negra em cargos de alto escalão, públicos ou privados, bem como papéis de destaques na televisão, fazendo com que a população negra não possua identidade racial, ou seja, não haja pessoas em cargos ou posições em que a população negra, principalmente as ainda em formação, como as crianças e adolescentes, sintam orgulho da sua cor, raça e história, possuindo uma referência, um modelo a ser seguido, e, em contrapartida, a dificuldade social em ver uma pessoa negra em um cargo de destaque.

Conceição Evaristo, durante o 2º Festival Internacional da Utopia, em Maricá (RJ), relatou em uma entrevista suas dificuldades como escritora negra, e que apesar de ela ser uma negra reconhecida em sua área de conhecimento, quando ela se afasta desse meio, torna-se “apenas” uma mulher negra, que não consegue romper com imaginário da sociedade sobre sua raça, a sua cor, ou seja, mesmo sendo uma mulher bem sucedida e reconhecida entre seus pares, quando está fora deste meio, sofre toda a forma de discriminação e preconceito, como todas nós, mulheres negras.

Nessa vertente, a invisibilidade negra é fruto de vários séculos de colonização e da dominação eurocêntrica, que resultou em um racismo estrutural, processo que só poderá ser revertido por meio de luta e, principalmente, da educação. Segundo a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, o racismo só pode ser combatido com o conhecimento, estudo e aprendizagem sobre a história e cultura dos povos que vieram da África como escravos para fundarem essa nação, e só com a erradicação do racismo teremos uma sociedade justa, igualitária para todos os cidadãos.

No ano subsequente, fui honrada com aprovação no processo seletivo deste mestrado com a orientação da Doutora e militante Célia Regina, que me conduziu a um enorme crescimento, não apenas teórico, mas também prático, nesta luta constante em que vive nosso povo preto neste país. No mesmo sentido, os componentes curriculares me possibilitaram um aprofundamento teórico e de grande relevância para a construção de uma base e efetivação desse trabalho.

A caminhada da mulher negra em uma sociedade machista e racista como a brasileira se torna mais tênue e sutil quando esta consegue formar alianças com pessoas que ao seu lado caminham diariamente, e que mesmo não sendo negras, conseguem ter visão sensível, que consigam captar cada racismo sutil, que seja nos gestos ou palavras da sociedade, o real ataque à mulher e/ou ao homem negro. E nesta vida, fui presenteada com Felipe, homem hétero e branco que tem consciência dos privilégios que a vida lhe concedeu, e consegue captar, criticar e, junto comigo, lutar contra essas artimanhas racistas que nos afetam diariamente.

Assim como descreve Denise Carreira (2018), o lugar de sujeito das pessoas brancas na luta antirracista deve ir além de apenas apoiadores, mas devem atuar efetivamente, como tendo consciência dos seus privilégios, desfazendo-se da cegueira e invisibilidade social.

Com essa consciência da necessidade de desconstrução de ideias, valores e privilégios diários é que sou grata à vida por meu companheiro e amor há quase 10 anos, o qual, entendendo o seu local de fala, compartilha comigo diariamente as dores e os amores de ser, com orgulho, mulher negra neste “meu Brasil brasileiro”.

Assim, as vielas da vida me trouxeram até aqui e a este mestrado, apresentando-me a educação como uma espada de dois gumes, que ao mesmo tempo que me retirou da linha da pobreza, colocando-me em um lugar confortável, do qual sou agradecida, em contrapartida me colocou em um local em que a branquitude não reconhece como meu de direito, o que me traz desafios diários, de autoafirmação pessoal e social, para demonstrar à sociedade que o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar. Encerro esse relato com o pensamento de Paulo Freire de que “Ninguém pode ser autenticamente humano enquanto impede que os outros o sejam.”

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção, com o intuito de responder à questão problema deste estudo e a outras apresentadas durante esta pesquisa, são apresentados como aporte teórico os pensamentos e teorias desenvolvidas por intelectuais como Gabriel Nascimento, Adilson Moreira (2019), Grada Kilomba (2010), Kabengele Munanga (2003), entre outros, com intuito de fundamentar e desenvolver as questões concernentes ao racismo linguístico.

2.1 O RACISMO NO SUPOSTO PAÍS DA DEMOCRACIA RACIAL

Conforme esclarece Roger Machado (2019), “negar e silenciar é confirmar o racismo”. A Convenção Internacional Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação define o racismo como

qualquer distinção, exclusão, restrição, ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública (NAÇÕES UNIDAS, 1965).

A referida Convenção, ocorrida em 1965, obteve como resultado prático a criação dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos vigentes, o qual foi ratificado pelo Brasil e incorporado ao nosso ordenamento através do Decreto nº 65.810/69, normando uma lei vigente em nosso país (BRASIL, 1969).

O combate à discriminação é essencial para uma sociedade harmônica, motivo pelo qual a Constituição Federal de 1988, lei maior do ordenamento jurídico brasileiro, previu, em seu artigo 3º, inciso IV, o combate a qualquer forma de discriminação como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Na mesma seara, a Constituição, em seu artigo 5º, inciso XLI, definiu como direito fundamental do cidadão a punição por lei caso ocorra qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, ou seja, qualquer forma de discriminação racial é crime. Essa definição como direito fundamental protege o cidadão não apenas de outro cidadão, mas também do próprio Estado, que não poderá suprimir e nem reduzir esse direito a não discriminação, nem mesmo por

emenda constitucional, ou seja, alterações realizadas pelos parlamentares contemporâneos.

Como se pode notar, o combate à discriminação racial é tema de suma importância para a convivência em sociedade e essencial para proteção à dignidade da pessoa humana, motivo pelo qual encontra proteção nos mais importantes ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais.

A intelectual Grada Kilomba, em sua obra “A máscara” (2010), define o racismo a partir de três características. A primeira é a “construção do diferente”, em que a pessoa negra, em nossa sociedade, é tida como diferente. Nesse ponto, a autora questiona quem é diferente de quem: o negro do branco ou o inverso? No entanto, na nossa sociedade, o branco se posicionou como referência para as demais raças, e estas “não são diferentes, mas se tornam diferentes”, por meio da discriminação imposta pela branquitude.

A segunda característica é a hierarquia criada por essas diferenças, ou seja, o negro não é apenas diferente, mas também inferior ao homem branco, criando um estigma que se naturaliza, e a sociedade passa a acreditar que “toda negra é boa de cama”, “todo negro é preguiçoso”, “negros possuem beleza exótica”, etc.

A terceira característica trata sobre esses estereótipos. Discriminações são legitimadas pelo poder social, histórico, político e econômico de um país, formando, através da junção discriminação e poder, o racismo.

Segundo a autora, o racismo só pode ser praticado pela supremacia branca, pois somente ela possui o poder, o que torna impossível a “teoria do racismo reverso”, pois as demais raças não detêm o poder, sendo, portanto, incapazes de praticar racismo contra os brancos. As ofensas das demais raças contra os brancos podem ser classificadas como preconceito, mas nunca como racismo.

Nesse contexto, faz-se necessário diferenciarmos Racismo x Preconceito x Discriminação, como tecnicamente faz Almeida (2019), que define racismo como forma de discriminação através da conduta humana consciente ou inconsciente fundamentada em sua raça, causando desvantagem a determinado grupo e privilégios para os pertencentes a raça dominante.

Já o preconceito racial pode ser definido como os estereótipos que cercam as pessoas que compõem determinado grupo racializado. Esses “rótulos” podem ou não resultar em práticas sociais discriminatórias, como acreditar, por exemplo, que “pessoas negras são violentas”, o que por sua vez incorrerá em práticas sociais

discriminatórias. A *contrario sensu*, “os orientais são naturalmente preparados para áreas de ciências exatas”, o que pode até mesmo auxiliá-los frente ao mercado de trabalho.

Em relação à discriminação racial, Almeida (2019) a define como o trato social recebido pelos membros dos grupos racializados, buscando o poder social, o qual faz uso da força contra os demais grupos sociais existentes. Esse uso de força pode se dar de forma direta, quando a rejeição ocorre de forma ostensiva, como por exemplo o “apartheid”, ou indireta, em que sob o véu da “democracia racial”, os direitos de um grupo minoritário são ignorados sob o argumento da igualdade de direitos, como ocorre no Brasil.

Além da diferenciação teórica entre racismo, preconceito e discriminação racial, a própria legislação penal faz distinção entre os institutos, e no artigo 140 do Código Penal Brasileiro, encontramos a definição de injúria racial:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. [...]
§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Pena - reclusão de um a três anos e multa. (BRASIL, 1940).

Nota-se que o legislador brasileiro qualificou o crime de injúria quando este tem contornos raciais, ou seja, significa que terá uma pena diferenciada, uma pena maior do que o crime de injúria. O crime de injúria é, portanto, uma espécie do gênero racismo, estando este descrito na Lei 7716/89, que prevê as condutas criminais que atingem toda a população negra e não apenas uma pessoa específica, como ocorre na injúria racial.

A referida lei, também é conhecida como “Lei Caó”, por ter sido fruto de muita luta do movimento negro e de autoria do então deputado federal Carlos Alberto Caó de Oliveira, que era jornalista, advogado e militante do movimento negro. Nascido em Salvador, mudou-se para o Rio de Janeiro, estado pelo qual, em 1982, elegeu-se deputado federal.

O crime de racismo, em regra, são condutas que proíbem que determinada população entre em locais específicos ou usufrua de serviços públicos ou privados em decorrência de sua cor. Em que pese a gravidade das condutas tipificadas na referida lei, a pena é ínfima, sendo a pena mínima um ano, e a máxima, três anos de prisão e multa. Note-se:

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos. Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada. Pena: reclusão de dois a cinco anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica: (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores; (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional; (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

§ 2º Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau. Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar. Pena: reclusão de três a cinco anos.

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos: Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido. Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas. Pena: reclusão de dois a quatro anos.

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social. Pena: reclusão de dois a quatro anos. (BRASIL, 1989)

Para se fazer um comparativo do quanto essas penas são irrisórias, o artigo

155 do mesmo Código Penal descreve o crime de furto, “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, ou seja, aqueles casos em que o infrator de lei não utiliza de violência ou grave ameaça contra a vítima para subtrair o bem, com pena mínima de um ano e máxima de quatro anos.

Ora, não se pode negar que o crime de racismo é bem mais gravoso do que um furto, uma vez que se trata de ofensa à dignidade humana, ou seja, característica elementar e essencial ao ser humano. Além do mais, trata-se de um crime que a própria Constituição definiu como crime de caráter imprescritível e inafiançável. No entanto, como a estrutura de poder do nosso país se encontra nas mãos da branquitude, o crime contra o patrimônio tem uma pena maior que a do racismo.

Até meados do ano de 2021, fazia-se necessário um recorte sobre a diferença entre racismo e injúria racial, uma que vez que existia grande divergência entre os juristas brasileiros, sendo que parte defendia que a injúria era uma espécie de racismo, e outra parte defendia que não, por ser a injúria um crime “de menor gravidade” e ser tipificada no Código Penal e não na Lei 7.716/89 – Lei do Racismo (BRASIL, 1989).

No entanto, em decisão recente, em 28 de outubro de 2021, o STF resolveu a controvérsia decidindo que o crime de injúria racial é espécie do crime de racismo, e tal decisão foi uma grande vitória para a população negra brasileira, pois traz como consequência o manto da imprescritibilidade e inafiançabilidade determinada pelo artigo 5º, XLII da CF, também para o crime de injúria, o que não ocorria anteriormente. Em comentários sobre a essa decisão judicial, o jurista e autor Sílvio de Almeida relatou:

A decisão é acertada, sobretudo porque em muitos casos havia a desclassificação do delito de racismo para injúria racial e, neste caso, invariavelmente era reconhecida o decurso de prazo decadencial, o que resultava, na prática, na impunidade do ofensor, uma vez que não poderia haver condenação neste caso (ALMEIDA, 2021).

Para melhor exemplificar essa decisão, uma pessoa que chama um negro de “macaco” comete o crime de injúria racial, o qual possui pena de um a três anos de reclusão e multa. O prazo para o Ministério Público denunciar o infrator, em regra, eram oito anos, do contrário, ocorreria a prescrição, com o entendimento pacificado pelo STF. Esse prazo não existe mais, podendo a denúncia ocorrer a qualquer tempo (RODAS, 2021).

A segunda importante alteração é o reconhecimento como crime inafiançável.

Na prática, o acusado ainda poderá responder em liberdade, no entanto, antes, devido à pena imposta ao crime, ao ser lavrado do auto de prisão em flagrante, o próprio delegado de polícia determinava o valor da fiança, e, após o pagamento, o infrator já estava em liberdade. No entanto, essa possibilidade não existe mais, e o acusado será apresentado ao juiz no prazo de 24 horas para audiência de custódia, momento em que o juiz analisará a possibilidade de responder em liberdade, podendo impor medidas cautelares como tornozeleira eletrônica, proibição de frequentar determinados lugares, proibição de manter contato com determinadas pessoas ou determinar que responda o processo preso até o julgamento.

Entretanto, mesmo a pena para esse crime sendo ínfima, na prática, os autores do crime de injúria racial não chegam nem a ser condenados pela justiça. Essas absolvições estão, em sua maioria, atreladas à teoria do manto da transcendência racial, conforme explica Moreira (2019), que reforça o conceito de que “não sou racista, até tenho amigos negros”, expressão esta que opera como uma forma de blindagem da branquitude sendo consideradas legais uma vez que convivem com negros.

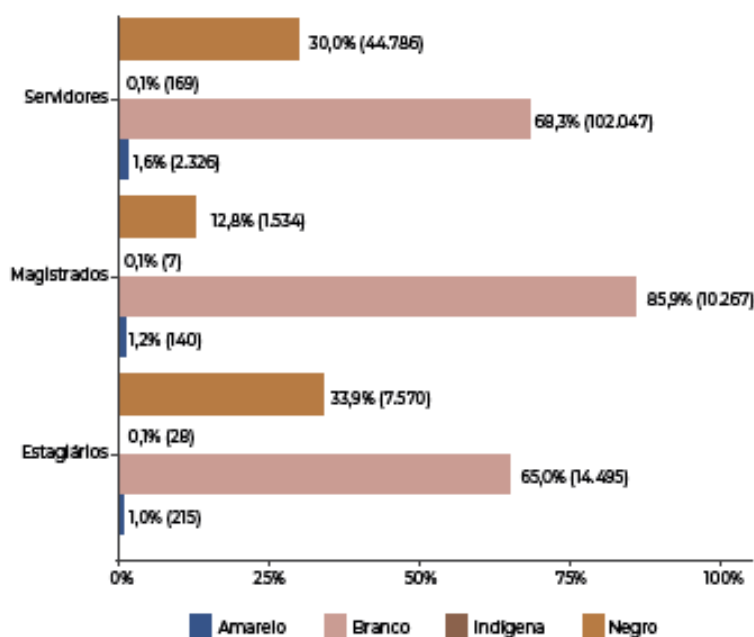
A cordialidade é uma marca da transcendência racial e do comportamento social da branquitude no nosso país, e é considerada como válida pelos nossos juízes, isso porque resulta da estratégia da culpabilidade por associação, ou seja, condenações de pessoas brancas por injúria racial afetam a imagem coletiva de pessoas brancas enquanto grupo social, o que contraria o interesse histórico desse grupo em demonstrar que o racismo não tem relevância em nossa sociedade.

Em consonância com a teoria apresentada, encontra-se os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2021), órgão de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro, na Revista Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário, que demonstra que, apesar das políticas de cotas raciais que se encontram vigentes para seus concursos desde 2015, a maioria do Poder Judiciário ainda é amplamente formada por pessoas brancas, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1 - Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário.

	ANO DA POSSE	PERCENTUAL DE NEGROS
Magistrados	Antes de 2013	12%
	2014-2015	12%
	2016-2018	20%
	2019-2020	21%
Servidores	Antes de 2013	30%
	2014-2015	28%
	2016-2018	32%
	2019-2020	31%

Fonte: CNJ, 2021.

Gráfico 1 - Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário.

Fonte: CNJ, 2021.

Como demonstrado na pesquisa intervenção, quando se fala em racismo linguístico, o que primeiro vem à mente são os discursos de ódio, que nada mais são que o crime de injúria racial, já abordado. Entretanto, esta é apenas uma das formas de manifestação do racismo linguístico, ou seja, da manutenção de poder da branquitude sobre o povo negro, inserindo-se na sociedade muitas vezes de forma imperceptível, como em vocábulos agregados ao cotidiano ou até mesmo em piadas.

O racismo linguístico disfarçado em forma de piada é o que Moreira (2019) define como racismo recreativo. Para o autor, esse tipo de humor é uma forma de

dominação através da reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por intermédio de políticas culturais, utilizando do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial.

Na perspectiva de Moreira (2019), esse tipo de humor resulta em danos psicológicos, uma vez que tem a sua moral atacada, e em danos materiais para a população negra por conta da percepção negativa que a sociedade passa a ter daquele grupo social, como por exemplo, caricaturas e personagens de humor nos quais o homem negro é colocado como o “malandro” ou o “bêbado”, sendo essa a forma com que a sociedade passa a enxergá-los, o que pode atingir até mesmo sua vida profissional ao concorrer a uma vaga de emprego, por exemplo. Portanto, percebe-se que há um ciclo vicioso, pois mantêm o povo preto excluído e à margem da sociedade.

Para Moreira (2019), o racismo recreativo faz parte de um projeto de dominação, sendo um tipo específico de opressão racial a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos.

Para ele, esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas. Ele contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tenha uma característica especial: o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social de pessoas brancas.

Apesar de todos esses problemas, impera no Brasil a ideia de que vivemos num paraíso racial onde todos são iguais e desfrutam das mesmas oportunidades. Segundo Lelia Gonzalez (1984), essa negação do racismo no Brasil e a busca do esquecimento do período em que os negros foram trazidos da África para trabalharem na condição de pessoas escravizadas visam conservar os benefícios da classe branca, a legitimação da expropriação do corpo, do trabalho e da força de todos esses africanos que aqui viveram.

O alto índice de negação do racismo no Brasil, como vimos nas pesquisas já documentadas neste memorial, pode ser explicado pelas teorias do negacionismo e da democracia racial, como apresentaremos neste capítulo. Embora muito presente na sociedade contemporânea, principalmente no Brasil, a teoria do negacionista já

existia no início da idade moderna, por volta do século XV, quando as autoridades religiosas da época negavam os avanços científicos e os estudos dos filósofos.

O negacionismo, atualmente utilizado para negar os estudos científicos sobre a pandemia da covid-19, a necessidade do distanciamento social, a ineficácia de medicamentos preventivos e a eficácia da vacina é o mesmo que é utilizado para negar o holocausto de Adolf Hitler, a tortura no regime militar brasileiro, o racismo e outros atos bárbaros.

Essa teoria tem como objetivo refutar fatos comprovados pela ciência ou realidade social empiricamente comprovável com argumentos sem comprovações ou plausibilidade, criando uma versão falsa da realidade social ou científica, em geral, para dar a sensação de conforto aos seus defensores (MORALES, 2021).

A teoria da democracia racial, que nada mais é do que um mito sustentado por várias décadas, foi objeto de pesquisadores da área histórica e científica, e, na década de 80, foi reconhecida pelo movimento negro como uma verdadeira ideologia racista (VALLE, 2017).

Segundo essa teoria, não é possível o reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, pois a sociedade brasileira nunca, oficialmente, viveu uma segregação racial como nos Estados Unidos e na África do Sul, e que nossa sociedade é composta por regras de sociabilidade que permitem a convivência harmônica entre negros, brancos e indígenas, dando origem a uma pacífica mistura de raças (VALLE, 2017)..

Um dos marcos dessa dita democracia democrática foi na Revolução de 1930, quando seria possível a incorporação do homem negro na política nacional. Essa política, tida como de integração social, apesar de teoricamente benéfica, criou a cota mínima da obrigatoriedade dos dois terços de empregados brasileiros nas empresas, o que motivou a exportação de trabalhadores estrangeiros, deixando a população brasileira, em sua grande parte, negra, sem emprego.

Segundo Sales Jr., o Estado Novo não empregou políticas expressamente racistas e pregava a ideologia "nacionalidade morena" do "povo mestiço", mas as práticas sociais consolidaram a "cordialidade social". No entanto, essa "cordialidade" era apenas para os negros "sociáveis", não o sendo para os "negros impertinentes."

É de fácil constatação que o "paraíso racial" defendido por essa teoria nunca existiu na realidade dos negros e negras que aqui habitam, uma vez que essa teoria tem como finalidade a submissão do povo negro às regras impostas pela branquitude.

Para a branquitude, o negro sociável é aquele que acatar, de forma silenciosa, as regras sociais impostas, o consentimento com o racismo em forma de brincadeiras e até mesmo no “momento de raiva” do homem branco. Por isso, essa teoria foi refutada e negada pelos movimentos negros.

De acordo com Moreira (2019, p.24), “o racismo pode assumir diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos”. Dessa forma, investigar o racismo, fenômeno que está tão enraizado em nossa sociedade, é entender, portanto, que ele nem sempre será expresso de forma explícita e aberta. Pelo contrário, ele pode ser percebido em várias esferas da sociedade e por meio de várias nuances, uma vez que, como discutido no capítulo anterior, por ser muitas vezes negado, acaba se fortalecendo e se adaptando às diversas situações sociais.

O autor ainda afirma que

suas várias manifestações têm o mesmo objetivo: preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais, o que depende da circulação contínua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública (MOREIRA, 2019, p. 24).

Compreender quais são as diversas formas do racismo e como ele se manifesta nos diferentes contextos nos ajuda a ter uma visão ampla sobre o assunto a fim de identificar e denunciar as agressões e violências cotidianas, por vezes despercebidas. O racismo velado e silencioso é o que oportuniza agressões de diversas naturezas, que deslegitimam as identidades e as narrativas de negras e negros em nossa sociedade.

Essas agressões se configuram como atitudes ou discursos sutis com a intenção de subjugar e oprimir o outro. Podem ser comportamentos inconscientes por já terem sido naturalizados na sociedade, porém, corroboram com as expressões silenciosas de violência que acometem as vítimas do racismo. Moreira (2019) chama essas violências de microagressões, e assinala que alguns autores as classificam em três categorias: microassaltos, microinsultos e microinvalidações.

Segundo o autor, microassalto “designa um ato que expressa atitudes de desprezo ou de agressividade de uma pessoa em relação a outra em função de seu pertencimento social” (MOREIRA, 2019, p.37), o que ocorre por meio de falas ou comportamentos que demonstram insatisfação, desagrado ou incômodo com a presença de um outro. Nessa forma, o comportamento é hostil e tem a intenção de

evitar o contato com qualquer sujeito considerado inferior.

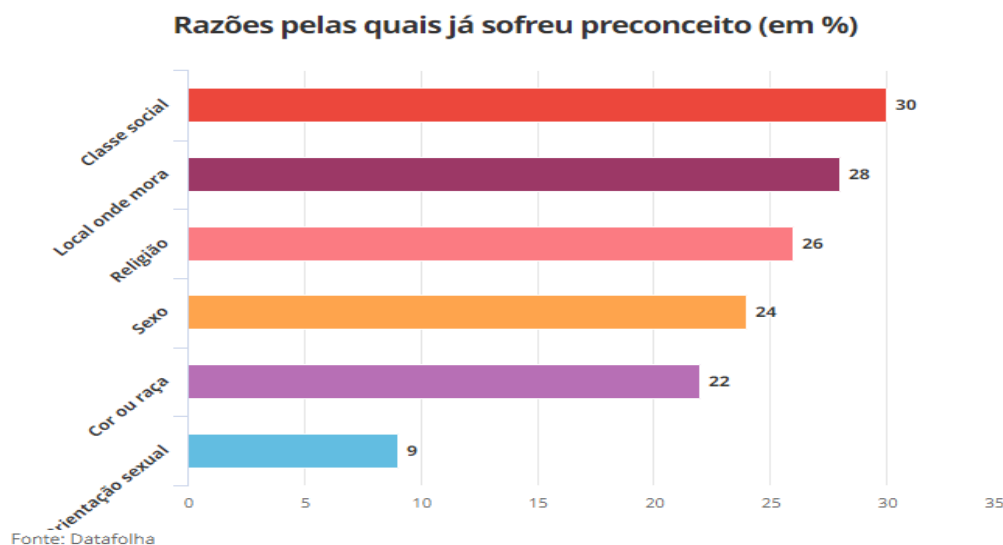
Já os microinsultos “são formas de comunicação que demonstram de maneira expressa ou encoberta uma ausência de sensibilidade à experiência, à tradição ou à identidade cultural de uma pessoa ou um grupo de pessoas” (MOREIRA, 2019, p.37) com o objetivo de desclassificar um indivíduo e sua experiência, além de reforçar estereótipos ligados a um determinado grupo de pessoas.

É justamente neste tipo de microagressão que se enquadra o racismo linguístico, os usos cotidianos das palavras de cunho racista, violentas e pejorativas, as quais nem sempre são reconhecidas pela sociedade como termos racistas.

Por fim, as microinvalidações ocorrem quando “sujeitos deixam de atribuir relevância às experiências, aos pensamentos e aos interesses de um membro específico de uma minoria” resultando no silenciamento de um grupo de pessoas, negando suas experiências e vivências (MOREIRA, 2019, p.38).

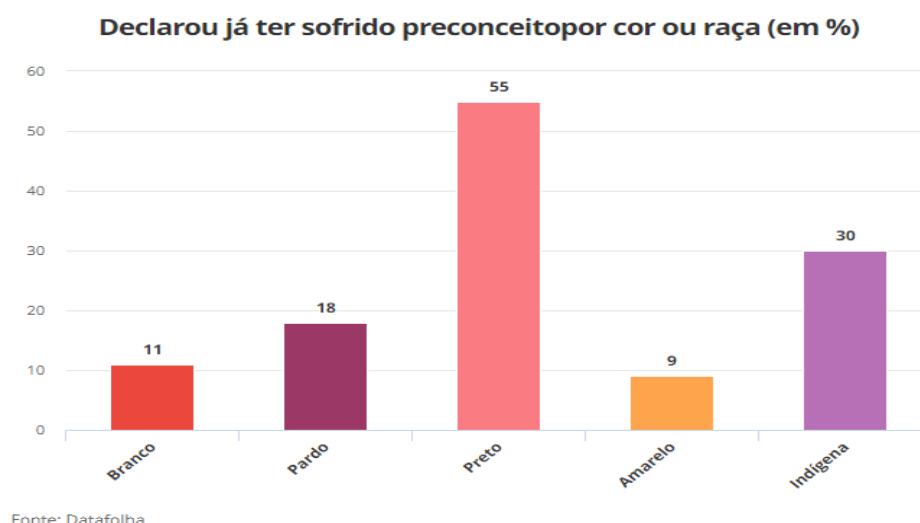
Para Chester Pierce (1995), o racismo é um problema de saúde pública porque possui uma natureza contagiosa, pois ele permite a propagação de estereótipos que procuram legitimar práticas discriminatórias contra negros. E essas discriminações são atestadas em diversas pesquisas realizadas no país. Uma delas foi realizada pelo Instituto Datafolha e divulgada em 15 de janeiro de 2019.

Essa pesquisa mostrou que um a cada três brasileiros declarou ter sido vítima de algum tipo de discriminação, no entanto, quando refinamos para discriminação racial, esses números são ainda mais alarmantes, pois um quinto dos brasileiros entrevistados declararam que já foram vítimas de discriminação racial, sendo que a estatística é cinco vezes maior entre os brasileiros que se declaram pretos, seguidos sucessivamente pelos indígenas, pardos, brancos e amarelos.

Gráfico 2 - Razões pelas quais já sofreu preconceito (em%).

Fonte: Datafolha, 2019.

O gráfico 2 explicita que a discriminação no suposto país da democracia racial ocorre pelos mais variados motivos: condição econômica, local de moradia, religião, pertencimento étnico, orientação sexual, entre outros.

Gráfico 3 - Declarou já ter sofrido preconceito por cor ou raça (%).

Fonte: Datafolha, 2019.

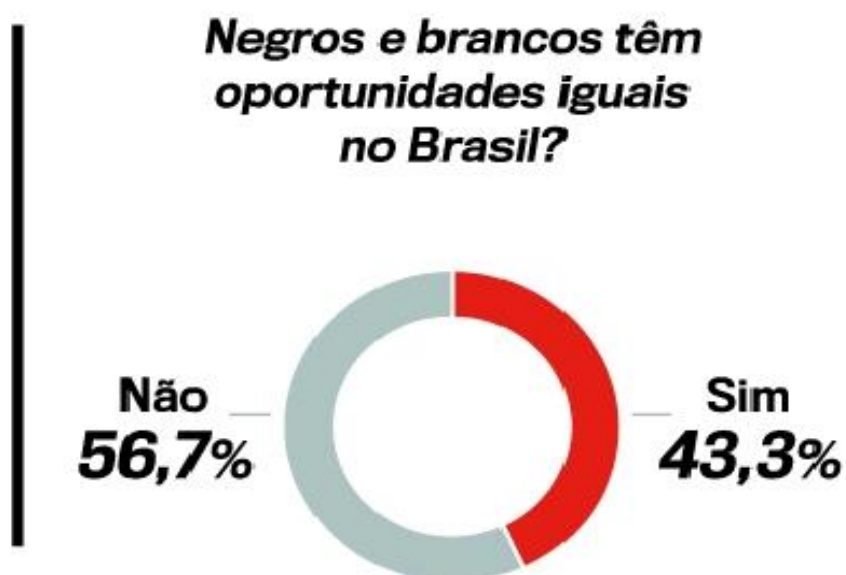
O gráfico 3, por sua vez, indaga quantos dos sujeitos entrevistados já foram vítimas de preconceito racial. O maior índice está entre aqueles que se declaram negros.

No mesmo sentido, a pesquisa encomendada e publicada pela revista Veja ao Instituto Paraná Pesquisas revelou que 61% dos entrevistados admitiram que o Brasil é um país racista, enquanto 34,5% negaram a existência desse tipo de dominação social e 4,5% não souberam ou não quiseram responder à pergunta (GHIROTTI,2020).

A referida pesquisa mostrou que entre os entrevistados, 67% das mulheres admitiram o problema contra 54% dos homens, e também que quanto mais elevado o nível de escolaridade dos entrevistados, maior é o índice de uma resposta afirmativa, bem como os entrevistados mais jovens mostram mais capacidade de reconhecer um ato discriminatório do que os entrevistados com mais de 60 anos de idade (GHIROTTI,2020).

Em que pese a pesquisa demonstrar que a maioria dos entrevistados admitiram o racismo existente no país, o índice de 39% da população que nega a existência, afirma não saber ou se nega a discutir o tema ainda assim é muito alto, uma vez que a mesma pesquisa confirma o índice de que mais de 56% da população brasileira é parda ou preta.

Gráfico 4 – Negros e brancos têm oportunidades iguais no Brasil?

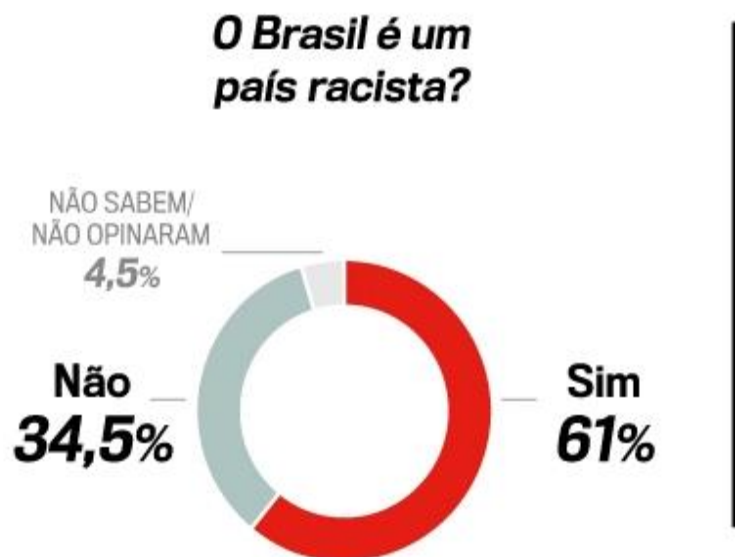


Fonte: Paraná Pesquisas, 2020.

O gráfico acima mostra um percentual grande de pessoas que ainda não

conseguem perceber o processo discriminatório que pessoas negras enfrentam.

Gráfico 5 – O Brasil é um país racista?



Fonte: Paraná Pesquisas, 2020.

O gráfico 5, por sua vez, mostra um dado similar ao anterior. É praticamente igual o percentual de pessoas que entendem que negros e brancos possuem a mesma oportunidade, assim como compreendem que o Brasil não é um país racista. Esses dados mostram que o mito da democracia racial disseminado por Gilberto Freyre ainda perdura no imaginário de muitos brasileiros. Importa esclarecer que conforme explica Abdias Nascimento (1978) o termo democracia racial alude a

[...] a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid na África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978, p.92).

Outro questionamento feito pelo Paraná Pesquisa foi acerca do presenciamento de atitudes racistas.

Gráfico 6 - O Sr.(a) já presenciou um ato de discriminação racial contra outra pessoa?



Fonte: Paraná Pesquisas, 2020.

Cerca de 40% dos entrevistados afirmaram já terem visto alguém sofrer discriminação racial. A discriminação é uma conduta quer de ação quer de omissão que desrespeita, viola direitos tendo como pressuposto critérios injustificáveis, dentre os quais podemos citar “raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo (SANT’ANA, 2005, p.63).

Gráfico 7 - O Sr.(a) já foi vítima de preconceito em razão da cor da pele?



Fonte: Paraná Pesquisas, 2020.

Apesar do percentual de pessoas que declararam já terem sido vítimas de preconceito por conta da cor da pele ser pequeno, não podemos ser induzidos a

pensar que de fato no Brasil não haja racismo. Ao contrário, devemos indagar se a naturalização dessa prática, o escamoteamento dela não torna sua detecção algo difícil? Por isso, que ao nos depararmos com as duas pesquisas aqui citadas levantamos o questionamento: quando a população deste país reconhecerá toda a opressão e desigualdade social imposta pelo racismo aos negros desta nação?

Diante da nítida negativa da existência do racismo em nosso país, não apenas nas entrevistas abordadas, mas no nosso cotidiano em geral, é necessário que busquemos estratégias para o combate diário contra o racismo, e nesse sentido, o lúdico, junto às mídias digitais, podem ser um grande instrumento nesta luta antirracista, buscando atingir um número significativo de pessoas.

As mídias² têm uma considerável influência na formação de opinião da sociedade brasileira, e essa influência torna-se ainda mais significativa quando tratamos de crianças, adolescentes e jovens, faixas etárias em que todas as transformações corporais e psíquicas os tornam mais suscetíveis a influências.

Segundo Dizard Jr, (2000), quando nos referimos às mídias, faz-se necessário fazer a distinção entre a nova e a velha mídia, sendo a velha mídia as formas tradicionais, como por exemplo a imprensa, cinema, rádio e televisão aberta, e a nova mídia “os computadores multimídia, CD-ROM, os aparelhos de FAX de última geração, bancos de dados portáteis, sites, redes sociais, livros eletrônicos, redes de vídeo, textos, telefones inteligentes e satélites de transmissão direta de TV para as residências” os quais possuem como elemento comum a computadorização (DIZARD, 2000p. 6).

O mundo contemporâneo nos concedeu uma série de ferramentas em formas de mídias digitais que podem ser usadas como instrumentos antirracistas, em especial as redes sociais, sites, blogs e jogos, que quando oferecidos de forma gratuita, têm o poder de alcançar um número grande de pessoas, podendo ser fermenta eficaz no combate ao racismo com a finalidade de diminuição da discriminação racial, tão presente no cotidiano brasileiro.

2 De acordo com Maia (2003), Mídia é a designação genérica dos meios de comunicação social; jornais, revistas, cinema, rádio, televisão, internet.

2. 2 LINGUAGEM E SOCIEDADE: PENSANDO SOBRE O RACISMO LINGUISTICO

Como define o professor Gabriel Nascimento (2019), o racismo linguístico é um fenômeno social que se entrelaça com o linguístico, passando muitas vezes despercebido em nosso cotidiano. Além disso, reiteradas vezes, os negros, vítimas dessa violência, não são nem mesmo capazes de identificar esse tipo de racismo, e acabam por reproduzi-lo em seu cotidiano, sendo essa uma das formas condicionantes de manter a estrutura de poder do branco sobre o negro.

Diante desse fator social, faz-se extremamente necessário e urgente desenvolver ações que conscientizem a sociedade da existência de um racismo linguístico como forma de manutenção dessa estrutura de poder social – e que por isso, urge diminuí-lo, quiçá extirpá-lo – no qual o negro fica sempre à margem da sociedade, mas, principalmente, que essas ações consigam alcançar populações de baixa renda.

Segundo Araújo (2014, p.130), “é notório que as desigualdades que permeiam o sistema educacional brasileiro atingem todos os sujeitos pobres e carentes de instrução, no entanto, com maior intensidade os negros”. Nesse sentido, são necessárias ações que vise m informar e, ao mesmo tempo, educar nosso meio social sobre vocábulos, palavras e termos racistas do nosso cotidiano.

Nesse contexto, convém esclarecer que comunicação, expressão e socialização são ações possibilitadas pela linguagem. Muniz Jr. afirma que “longe de ser simplesmente um reflexo mecânico da atividade humana, ela é constitutiva dessa atividade e do próprio sujeito” (MUNIZ JR., 2009). É por meio dela que podemos externar nossos pensamentos, sensações e emoções, além de possibilitar o entendimento da expressão dos outros. É pela linguagem que podemos perceber o mundo e dar significado para as coisas, além de traduzir nossa subjetividade para os outros.

A linguagem é intrínseca ao ser humano e indispensável para a existência de sociedades. Ela se manifesta conforme a necessidade dos seres humanos, que a partir daí, criam sistemas de representação para concretizarem essa expressão.

Expressar ideias e opiniões é uma necessidade humana desde os primórdios, e essa expressão pode ser percebida a partir das inscrições rupestres até as atuais postagens em redes sociais. Manifestar nossas opiniões, crenças e culturas consiste em apresentar nossa visão de mundo e subjetividade a partir do que acreditamos e

entendemos da sociedade e das relações. Partindo dessa ideia, talvez tenhamos a percepção de que se trata apenas de uma manifestação particular que diz respeito apenas ao sujeito individualmente, ou seja, o indivíduo utiliza a língua como instrumento para externalizar sua própria visão de mundo, desconsiderando o contexto em que está inserido.

Ocorre que a atividade linguística não é uma atividade individual e dissociada do contexto social. Os falantes estão inseridos em uma comunidade específica, e dentro de um quadro mais amplo, inseridos em uma sociedade diversa. A linguagem se dá, portanto, a partir da interação entre os falantes, e nunca fora dela. A língua de um povo só é possível a partir da enunciação, quando existe um 'eu' que profere um discurso, e um 'tu' que recebe e ressignifica a mensagem, construindo, assim, sentidos no processo de comunicação (SILVA,2020).

A linguagem abordada por uma perspectiva social percebe a língua como indissociável do contexto social e histórico, entendendo os falantes como indivíduos com subjetividade, participantes de uma sociedade diversa, com crenças, valores e costumes. Dessa forma, entendemos que a linguagem não se separa das condições sociais em que os sujeitos estão inseridos, e é por meio dela que esses sujeitos se expressam e manifestam sua cultura (SILVA,2020).

Entendendo essa perspectiva da atividade linguística, é possível compreender que a língua não é neutra ou imparcial. Sendo o léxico o conjunto de palavras que compõe um idioma, podemos perceber a manifestação de valores que integram aquela sociedade, como preconceitos, juízos de valor, crenças religiosas, entre outros traços profundamente ligados à identidade de um povo.

Antunes (2012) afirma que

A linguagem intermedeia nossa relação como o mundo. No entanto, essa relação não se dá, diretamente; quer dizer, não se dá entre as palavras e as coisas. Essa relação se dá entre as categorias cognitivas que construímos das coisas ao longo de nossa experiência e as palavras de que a língua vai dispondo para expressar tais categorias. Quer, dizer, as palavras são a 'representação linguística' dessas categorias cognitivas que construímos e armazenamos (ANTUNES, 2012, p. 27).

Reiterando, a língua de um povo manifesta sua visão de mundo e está profundamente atrelada ao contexto histórico e social. Importante reforçar que a língua não é apenas uma atividade mecânica da vida humana, pois ganha sentido apenas na interação social, considerando as subjetividades dos falantes.

Se observarmos uma sociedade que apresenta problemas sociais e econômicos advindos de um contexto histórico específico, como a colonização na formação da sociedade brasileira, por exemplo, é evidente que esses aspectos afetarão diretamente a forma com que esse povo se comunica. Essa interferência se evidencia quando observamos a influência das crenças religiosas no nosso vocabulário cotidiano. Um exemplo é notar que diversas expressões advindas das religiões de matriz cristã podem ser percebidas na língua portuguesa, e não significam apenas uma profissão de fé, mas todo um processo de colonização e imposição cultural e religiosa baseada nas relações de poder entre o colonizador e o colonizado. Dessa forma, entendemos que o discurso deve ser entendido como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001).

O exemplo anterior é apenas uma parte de toda a situação que, se analisada de maneira aprofundada, denunciará a violência e a opressão intrínsecas no discurso do colonizador e absorvidas pelo colonizado, que de forma involuntária, reproduz o discurso do opressor por estar inserido naquele contexto. Disso, temos que a “língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois, a partir do uso e dos traços dos discursos que nela se imprimem, instalam-se na língua choques e contradições” (MUNIZ JR., 2009)

Pensando, portanto, nessa relação inerente entre língua e sociedade, podemos entender que a língua que falamos e o léxico que a integra refletem nossa sociedade e denunciam as relações de poder que originaram nosso povo e nossa língua. Perceber esse fenômeno consiste em uma atitude de pesquisa e observação sobre quais são os resquícios que carregamos de um período de opressão e silenciamento, além de desumanização dos sujeitos negros pelo processo de escravidão.

Nesse sentido,

A perspectiva discursiva – aquela que articula os fenômenos linguísticos às condições sócio-históricas em que ocorrem - tem adquirido cada vez mais importância no âmbito dos estudos de comunicação, à medida que se reconhece o papel fundante da linguagem em constituir as relações sociais e de poder, bem como ser por elas constituídas. (MUNIZ JR., 2009)

Em suma, pesquisar sobre os preconceitos que habitam a língua portuguesa falada em território brasileiro é, portanto, investigar um fenômeno social decorrente da

colonização que influencia diretamente o discurso dos falantes. Entender esse processo é perceber que as expressões que utilizamos no cotidiano refletem a visão de mundo de nossa sociedade. Entretanto, esse entendimento é apenas o primeiro passo para promover uma transformação social que resulte no progresso social. É necessário que utilizemos esse conhecimento e essa nova forma de pensar a linguagem para elaborar políticas públicas eficazes e instrumentos de conscientização que provoquem reflexão, ressignificação e mudança.

Conforme Dubois (1988, p.364), “léxico designa o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, etc.” Em “Território das palavras”, Antunes afirma que

O léxico de uma língua, numa definição mais geral, pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação. Ao lado da gramática, mais especificamente junto à morfossintaxe e à fonologia, o léxico constitui o outro grande componente da língua. Se é verdade que não existe língua sem gramática, mais verdade ainda é que sem léxico não há língua. As palavras são a matéria prima que construímos nossas ações de linguagem (ANTUNES, 2012, p. 27).

Ou seja, o léxico está fortemente relacionado às necessidades dos falantes de uma língua, sejam elas provenientes do ambiente físico em que estão inseridos, de sua cultura específica ou valores que importam dentro daquela sociedade. Cada língua possui características imprimidas pelos sujeitos e pelo contexto. De mesma forma, vai se transformando ao longo do tempo conforme as alterações que ocorrem naquela comunidade.

Ainda sobre o léxico, Antunes afirma que

é aberto, inesgotável, constantemente renovável, não apenas porque surgem novas palavras, mas, também, pela dinâmica interna das palavras, que vão e vêm, que desaparecem e reaparecem, que mantêm seus significados ou os mudam, de um lugar para outro, de um tempo para outro (ANTUNES, 2012, p. 29).

Ou seja, os significados são instáveis e podem ser alterados ao longo do tempo e conforme o contexto. Isso não significa que “as palavras sejam destituídas de toda e qualquer estabilidade de significado”, e afirma que “é exatamente esse caráter de instabilidade da língua que nos permite ajustá-la às nossas necessidades interacionais, que nos permite reinventá-la e recriá-la cada vez que nos parecer necessário” (ANTUNES, 2012, p.26).

Nessa mesma linha, Correia, em seu artigo “A discriminação racial nos dicionários de língua: tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos”, defende que o léxico de uma língua pode “deixar transparecer o modo como a comunidade vê e conceptualiza o mundo que a rodeia, nas suas diferentes vertentes” (CORREIA, 2006,p.155). Para ela, a análise do léxico de um povo é a forma na qual pode se ver todos os preconceitos nele arreados.

Nascimento (2019), em sua obra, ao desenvolver conceitos próprios de racialidade, racialização e raça, faz uma análise a partir de palavras e expressões do nosso léxico. Segundo o autor, a colonização foi um processo que ultrapassou as violências físicas sofridas pelos nossos ancestrais trazidos à força para o Brasil. Essa violência estava e está presente em nosso léxico e compõe a estrutura de poder que fomenta o racismo: “em se tratando da linguagem, não podemos subestimar a informação de que o colonialismo manteve uma lógica de exploração que não funcionou somente por meio da opressão física, mas também, através de um processo linguístico, simbólico e discursivo” (NASCIMENTO, 2019).

O autor também faz a análise da obra do intelectual Frantz Fanon, “O negro a linguagem” (2008), na qual a fala foi considerada um dos primeiros signos impostos pelo colonialismo. A fala era uma das formas de considerar o negro, desumanizados pelos colonizadores, como seres humano. Neste sentido, o racismo é uma estrutura que reflete não apenas na vida do ser negro, mas em toda a estrutura global.

Nessa seara, as palavras e expressões de uma língua funcionam como indicadores que nos apresentam a identidade de uma sociedade. Crenças, valores e cultura são representados por meio da palavra. Porém, compreender esse caráter mutável do léxico de uma língua é a base para propor mudanças nessas formas de representação com as quais convivemos na sociedade atual.

De acordo com Antunes, “a ideia de que o léxico da língua é um espelho que reflete fielmente o mundo são aceitas há bastante tempo por linguistas de diferentes correntes teóricas” (ANTUNES, 2012). Entendendo, portanto, que a linguagem é um sistema intrínseco que diz respeito aos processos de socialização humana e que serve para dar sentido e significado às coisas, além de ser uma forma de representação, concluímos que a partir da linguagem, nós construímos conceitos e preconceitos, estabelecemos relações de poder, rotulamos os sujeitos, sendo possível, portanto, legitimar ou deslegitimar sistemas de opressão advindos de um determinado contexto histórico.

Pensar a linguagem como um sistema que pode promover a transformação social é compreender que a interação pela língua pode promover significados que refletem nossa sociedade considerando sua visão de mundo e sua maneira de entender e ressignificar os processos vivenciados.

Perpetuar um léxico que legitima um sistema de opressão advindo da colonização com a justificativa de que a língua é apenas um código que não parte de um sistema de representação intrínseco ao ser humano é reforçar apenas a perspectiva do colonizador sobre os sujeitos dentro daquele contexto. É preciso pensar a língua como fator importante na desconstrução de conceitos e na transformação social.

Antunes diz que

Tudo muda; tudo está em processo de definição e de redefinição; até mesmo as concepções que temos das coisas. Consequentemente, a língua também é instável e variável, ajustando-se a cada contorno sociocognitivo dos contextos em que têm lugar as ações de linguagem que empreendemos. (ANTUNES, 2012, p. 28)

Portanto, sendo a língua um sistema dinâmico e não fixo, ela tem a função social de se adequar ao contexto social, alterando-se conforme as necessidades dos falantes. Ela não é um código fixo e acabado, mas é instável e em constante mudança, podendo se ajustar aos diversos contextos ao longo do tempo.

Antunes ainda diz que

Se o léxico de uma língua pode ser visto como uma espécie de 'memória' representativa das 'matrizes cognitivas' construídas, também é verdade que se trata de uma memória dinâmica, em movimento constante, que se vai reformulando passo a passo, assim como as manifestações culturais que ele expressa (ANTUNES, 2012, p. 28).

Ou seja, uma expressão pode ser ressignificada ao longo do tempo, não estando rigorosamente atrelada ao sentido que carrega ou carregou anteriormente. Dessa forma, é imprescindível pensarmos soluções e alternativas para atribuir novo sentido a algumas representações que fazemos por meio da língua.

Ter consciência do contexto histórico e social da língua e da linguagem é propor um debate que incentiva a transformação social partindo de uma perspectiva de reparação de preconceitos inseridos em nossa cultura anteriormente, provenientes de uma visão de mundo abundantemente ideológica e opressora.

Antunes diz que

É impossível, portanto, conceber a linguagem como independente da língua, como se afirmava nos estudos estruturalistas. Língua e linguagem caminham juntas, evoluem juntas, são indissociáveis, as duas são influenciadas pelo meio social e histórico, uma só se realiza com a outra (ANTUNES, 2009, p. 23).

Ou seja, existe uma relação direta e recíproca entre linguagem e sociedade, uma vez que propor a transformação social por meio da língua requer evolução da linguagem, mas a linguagem também está atrelada às mudanças sociais. Para Nascimento (2019), a ruptura da estrutura de manutenção do poder do racismo linguístico é uma forma de desnudar o racismo, mas isto só será possível se as próprias categorias raciais criarem estudos linguísticos, que atualmente são feitos pelas estruturas de poder, bem como por pessoas comprometidas na luta contra o racismo.

Nessa mesma vertente, os pesquisadores norte-americanos Rosa e Flores (2017) apresentam uma perspectiva raciolinguística para os estudos de raças e linguagem nos contextos dos países descolonizados, relacionando os estudos da linguagem e de raça, buscando uma compreensão mais profunda dos processos históricos envolvidos e as estruturas de poder que organizam as estigmatizações das minorias, sendo necessárias mudanças nas interações individuais e práticas para que haja uma mudança nesta estrutura que alimenta e mantém o racismo.

Propor uma revolução em nosso discurso é, conseqüentemente, propor uma mudança nos conceitos e significados já estabelecidos. Sujeitos que se colocam como mediadores desse processo devem se preparar e desenvolver dinâmicas que tragam reflexão para o meio social, pensando em uma educação libertadora e em prol da igualdade.

2.3 EDUCAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Segundo o dicionário etimológico online, educar vem do latim, “educare”, que significa “conduzir para fora”. Podemos entender a educação, portanto, como uma instrução para a vivência fora do sujeito, ou seja, uma instrução para a vida em sociedade. A educação tem seu caráter institucional, com a estrutura tradicional que bem conhecemos, um currículo a ser cumprido e os papéis dos sujeitos envolvidos bem estabelecidos, porém, para além da instituição, ela tem relação com o

desenvolvimento dos indivíduos a fim de que se tornem cidadãos e convivam bem em comunidade.

Em sua obra “Educação e mudança”, Paulo Freire fala sobre a relação do homem com o mundo que o cerca:

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. [...] Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo (FREIRE, 1979, p. 15).

Sendo assim, o homem precisa se reconhecer no mundo e nos outros, fazendo do processo de sociabilização algo imprescindível para a vida humana. A educação, portanto, deve ser pensada também a partir dessa perspectiva, de que o homem se descobre a partir dos outros, nessa relação de reconhecimento de um ‘eu’ e um ‘tu’.

Pensando sob essa perspectiva, podemos entender o processo de educar como uma construção de conhecimento a partir da relação entre os sujeitos, além de ser um processo contínuo. Freire ainda fala sobre não existir seres educados e não educados, uma vez que estamos todos nos educando (FREIRE, 1979, p. 14). Isso nos faz refletir sobre o papel do educador no processo de educar, tornando-o parte do processo e não responsável por ele, e, por conta disso, “não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo” (FREIRE, 1979, p. 15).

Na mesma obra, Freire fala ainda sobre a consciência bancária, em que problematiza conceitos sobre a educação tradicional. Conforme Freire, em uma dinâmica em que o educador é visto como superior, “o educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se depósito do educado” (FREIRE, 1979, p. 20), ou seja, não participa ativamente do processo de aprendizagem. Ocorre que uma vez que todos estamos nesse processo de nos educar e todos possuímos conhecimentos prévios sobre o mundo, o processo de aprendizagem precisa passar pela reflexão e ressignificação de conceitos ao invés da recepção passiva de saberes.

O educador, nesse contexto, passa a ser um possibilitador e um agente de transformação, o que extrapola o conceito que temos de um educador. Importante salientar que quando falamos sobre educador, não nos referimos apenas ao professor

em sala de aula, mas a qualquer sujeito que se coloque nesse papel de provocar reflexões e mudanças sociais a partir da educação.

Segundo afirma Zitkoski (2006, p.28), a educação para Freire “deve ser trabalhada intencionalmente para humanizar o mundo por meio de uma formação cultural e da práxis transformadora de todos os cidadãos sujeitos da sua história”, ou seja, a educação tem um caráter transformador que tem sua origem na reflexão do mundo conforme nossa relação com os outros no processo de socialização.

Portanto, observar a sociedade a partir dessa perspectiva nos permite ter uma percepção da realidade por meio da observação, e entender quais são as questões que precisam ser refletidas e transformadas. Freire diz que “quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias” (FREIRE, 1979, p. 16).

É por meio dessa percepção da realidade que os sujeitos podem se organizar a fim de promover soluções e alternativas em prol do bem coletivo. No contexto do racismo, é necessário que as pessoas se conscientizem de toda e qualquer forma de preconceito ou discriminação no contexto racial para que possam combatê-lo de forma contundente.

Negar uma realidade opressora e violenta contra as pessoas negras é uma forma de silenciamento, uma vez que impede que os sujeitos exponham suas dores e lutas cotidianas, impossibilitando que essas lutas sejam ouvidas. Nesse contexto, é imprescindível que a educação seja pensada por uma perspectiva de transformação social, considerando, inclusive, o currículo das escolas e as metodologias utilizadas nesse processo.

Desse modo, a luta contra o racismo é, na verdade, uma luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser, articulada à luta contra as desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero e de sexualidade (GOMES, 2012). Dessa forma, quando entramos no âmbito de políticas públicas voltadas para a educação e no debate sobre projetos que pensam a educação como um campo neutro, livre de ideologias, percebemos que os sujeitos que apoiam essa discussão desconsideram que não existe neutralidade nos discursos, tampouco nas práticas sociais e educativas.

Pensar na decolonialidade das práticas educativas é justamente lançar luz sobre problemas sociais advindos de um período em que o sujeito negro e sua cultura

eram totalmente pensados sob uma ótica colonial e racista, portanto, ideológica.

Gomes diz que

a colonialidade é resultado de uma imposição de poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas objetivas de um povo penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo pela sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem. (GOMES, 2012, p. 3)

Isso significa que os efeitos da colonização persistem em nossa sociedade até hoje, sendo percebidos de diversas formas. Na educação, é comum nos depararmos com narrativas que contemplam apenas uma parte da história, contando os fatos a partir de uma perspectiva repleta de violência, abuso e arbitrariedade. É necessário ser crítico ao pensarmos a educação, seus conteúdos e currículos.

Se é necessário investir em uma educação que transforme, é necessário também repensar nossas práticas educativas e quem são os sujeitos por trás das narrativas. Formar cidadãos críticos, reflexivos e questionadores é importantíssimo, tanto quanto preparar educadores para auxiliar nesse processo. Por isso, “descolonizar os currículos é reconhecer que, apesar dos avanços dos séculos XX e XXI, a colonialidade e o próprio colonialismo ainda se mantêm incrustados nos currículos, no material didático, na formação das professoras, dos professores, das gestoras e dos gestores da educação” (GOMES, 2012, p. 5).

Para a professora Petronilha Beatriz (2005), em seu artigo “Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania”, descolonizar a educação é enegrescer e africanizar a pedagogia, e visa a relação do negro com o não negro, bem como que as raízes negras sejam incorporadas, não apenas as partes teóricas da educação, mas também aos procedimentos de coletas e análises de dados das pesquisas acadêmicas.

Pensar em educação decolonial é questionar estruturas já consolidadas na sociedade e nas práticas educacionais, reforçadas pela estrutura familiar e social, que leem o mundo a partir de autores inseridos em um contexto colonial e opressor. Pensar a educação como livre de ideologia é, na verdade, imprimir-lhe uma outra ideologia que promove o silenciamento de sujeitos prejudicados historicamente, além de desconsiderar a visão de mundo de vários povos advindos de culturas distintas das europeias.

Gomes ressalta que

a colonialidade se enraíza nos currículos quando disponibilizam aos discentes leituras coloniais do mundo, autores que, na sua época defendiam pensamentos autoritários, racistas, xenófobos e que produziram teorias sem fazer a devida contextualização e a crítica sobre quem foram, pelo que lutaram, suas contradições, suas contribuições e seus limites. (GOMES, 2012, p. 5).

O intelectual Maldonado-Torres (2019), na “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”, descreve que o conceito de decolonialidade possuiu dois elementos-chave. O primeiro se refere à colonização e suas dimensões de luta, e o segundo se trata de um lembrete constante de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo após a descolonização política.

Para o autor, a decolonialidade é resultado de renúncia aos sistemas de valores que buscam desqualificar o condenado³, o qual não ocorrera pela busca dos conhecimentos adquiridos pelos mestres, mas sim pelo pensamento, criatividade e ação destes, juntamente aos oprimidos que renunciaram à modernidade (colonialidade) para pensar, agir e viver em comunidades.

Nesse contexto, educar pela decolonialidade é dar voz a uma perspectiva silenciada há muito tempo, pensando em uma visão de mundo distinta da que vem sendo propagada por um longo período da história, fora do eurocentrismo. Dessa forma, currículos e conteúdos devem ser repensados a fim de analisar os fatos a partir de um outro entendimento (GOMES, 2018).

Essa não é uma tarefa simples, por isso deve ser realizada a partir de metodologias que possibilitem o debate e a troca de experiências, o que só é possível quando o educador contrapõe os fatos, as teorias e as ideias de todos os períodos, contemplando as interpretações dos diversos sujeitos, mas, principalmente, dando voz aos sujeitos que uma vez foram vítimas da opressão.

2.4 REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A LEI Nº 10.639/03

A Lei Nº 10.639/03, fruto de muita luta do movimento negro brasileiro, foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

³ O termo criado por Fanon, F. (1968) para denomina os colonizados, os quais sempre se sentem culpados, inferiores e sob submissão do colonizador.

e determina a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio das escolas de ensino público e privado do Brasil, o que pressupõe que a história e a cultura desses povos sejam integradas ao currículo de todas as disciplinas ministradas em sala de aula (BRASIL, 2008).

Iniciativas dessa natureza são fundamentais para que as narrativas e a trajetória de povos afro-brasileiros e indígenas, ainda tão negligenciadas em vários contextos sociais, sejam estudadas e legitimadas, possibilitando, assim, a valorização das diversidades que compõem o povo brasileiro desde sua formação.

Nesse contexto,

Conforme podemos constatar, a instauração dessa lei objetiva uma mudança no que tange à compreensão da construção do Brasil, uma vez que visa mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus exerceram influência na história brasileira, sobretudo nas áreas social, política e econômica, o que corrobora a necessidade de serem estudadas na educação básica (GOULART; MELO, 2013).

Entendendo a relevância da educação como transformadora da realidade e da escola como instituição responsável por mediar a vida em sociedade, sabemos que refletir o currículo nacional e as diretrizes da educação em prol da igualdade social é de suma importância para formar sujeitos críticos dispostos a ressignificar conceitos preestabelecidos e repensar a atualidade a partir de uma perspectiva ampla, que abranja todos os discursos e vivências e que, principalmente, não silencie outras narrativas. É o primeiro passo para provocar uma reflexão e possibilitar uma discussão acerca da nossa estrutura social, como estamos organizados, quais são os sistemas de opressão que ainda assolam minorias em nosso país e como isso pode ser combatido.

Partindo dessa perspectiva, é fundamental que professores sejam formados para abordar em sala de aula a construção da sociedade brasileira, reforçando a importância dos grupos étnicos já mencionados, para além de conhecer sua história e cultura, mas também valorizá-la e poder refletir a atualidade conforme a trajetória de negros e indígenas no Brasil. A educação com fim na formação de cidadãos está muito além de um simples repasse de informações sobre o assunto, mas deve propor toda uma reflexão a respeito do impacto desses povos nos diferentes âmbitos da sociedade.

A práxis da implementação desses conteúdos na sala de aula é, de certo modo, responsabilidade dos professores das redes de ensino público e privado, porém, é

imprescindível que os educadores recebam formação adequada para propor uma reflexão sobre as relações étnico-raciais em nossa sociedade.

Isso ocorre porque

Um dos fatores que também contribui para essa precariedade é o despreparo teórico dos educadores para trabalhar os assuntos inerentes a Lei, com uma visão que fuja dos estereótipos e que reflita a realidade do próprio contexto em que se inserem os alunos e a própria escola (RODRIGUES; BARBAHO, 2016, p. 13).

É preciso que professores tenham base teórica consolidada e sejam capacitados para que possam atender às determinações da Lei Nº 10.639/03, sem deixar de lado o contexto em que os alunos estão inseridos, considerando a relação da escola com os alunos e suas famílias, além do papel da escola na comunidade onde se encontra. É fundamental, portanto, que promovam debates, troca de ideias e eventos que de fato enriqueçam a discussão, além de incentivar a leitura de teóricos e autores negros e indígenas, proporcionando a diversidade de saberes dentro de sala.

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que exerceu um papel fundamental na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira para a inclusão na grade curricular escolar como estudo obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira, defende que para o combate ao racismo, é necessário conhecer, estudar, aprender sobre a história e cultura dos povos que vieram da África.

No entanto, uma pesquisa, efetuada pelo Ceert - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, divulgada pela mídia na data de 23 de março de 2018, afirmou que “24% das escolas públicas do Brasil ainda não discutem o racismo”. Esse índice deve ser considerado como alto, uma vez que a Lei 10.639/03, que determinou o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira nas escolas, completou 15 anos de vigência à época da pesquisa (NUNES, 2018).

No mesmo sentido, vários mestrados e mestradas do PPGER compartilharam durante o curso que, sendo conscientes da necessidade da aplicação prática desta lei durante o ano, encontravam muitas dificuldades, às vezes por parte da coordenação, que resumia a aplicação da lei em 20 de novembro com uma atividade festiva, ou até mesmo por professores e coordenadores que impediam e/ou dificultavam sua aplicação com base em preconceitos religiosos.

Denise Carreira (2018), formadora de profissionais da educação, descreve em seu artigo as resistências que encontra quando, ao visitar instituições de ensino público e particulares pelo país, pergunta sobre a aplicação da referida Lei:

Foram muitas as vezes que esta pergunta se transformou em um gatilho para respostas defensivas, situações de mal-estar, agressividade, justificativas apressadas de que o problema não existe porque a escola preza pela diversidade e tentativas de minimizar e até mesmo desqualificar o sentido da questão e, inclusive, suas interlocutoras e interlocutores. Em várias escolas particulares, por exemplo, soma-se a essas reações uma argumentação que busca desconstruir a importância de se abordar o racismo justificada pelo fato da clientela ser majoritariamente branca ou esvaziar politicamente a questão racial com base na ideia de que é mais um 'tema' como outro qualquer (CERQUEIRA, 2018, p. 129).

Segundo a autora, trata-se de uma característica da fragilidade da branquitude, a qual reage agressivamente quando precisam enfrentar a temática do racismo uma vez que possuem a consciência dos seus privilégios sociais, no entanto, não estão dispostos a sentarem e discutirem o tema democraticamente e de forma reflexiva, pois isso resultaria em ter que abrir mão desses privilégios sociais em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na verdade, refletir sobre o ensino da história e cultura desses povos é, principalmente, uma tentativa de reparar questões históricas que envolvem a identidade, a cultura e a atuação de um povo na história do nosso país. É preciso dar voz a esses povos e reconhecer seu protagonismo na formação da sociedade brasileira, a começar pela educação básica.

Quando isso não ocorre, perpetuamos a difusão de saberes a partir de uma perspectiva única, muitas vezes eurocêntrica e repleta de ideologia, o que não colabora para a reflexão sobre os males do racismo e da discriminação de determinados povos. Sem essa reflexão, é improvável que possamos educar para a transformação e igualdade social ou que encontremos abertura para revelar as violências que o povo negro ainda sofre, sejam elas veladas ou não. Sendo assim, cada cidadão precisa buscar meios para difundir os nossos saberes descolonizados por meio da educação informal, buscando romper com essa estrutura de ensino que engessa o conhecimento com base no eurocentrismo.

2.5 O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA

Após as observações aqui propostas, entendemos ser necessário pensar alternativas que viabilizem reflexões sobre racismo estrutural, sua relação com o léxico e toda problemática que engloba a ótica social e cultural sobre sujeitos negros em espaços além do ambiente acadêmico, além de refletir formas de conscientizar sobre a necessidade da transformação social.

É necessário considerar que a transformação que buscamos propor não parte da simples transferência de conhecimentos de educadores para educandos, uma vez que entendemos que a problemática alcança raízes bem profundas que não serão extinguidas apenas com informação. Buscamos, de forma lúdica, trazer luz a hábitos e comportamentos já normalizados, reproduzidos, muitas vezes, de forma involuntária, mas que reforçam estereótipos preconceituosos e recordam uma história de repressão e subjugação.

Propor uma educação que combata o racismo e faça questionar estruturas já consolidadas de opressão é, portanto, uma tarefa de ressignificar conceitos que já existem na sociedade e comportamentos já estabelecidos. Portanto, consideramos possível tratar dessas questões de forma lúdica, porém, eficaz, trazendo à tona os malefícios do racismo estrutural e seus efeitos.

Pensar em promover um jogo para tratar das questões já mencionadas vai além do simples ato de brincar, mas sim, desenvolver uma atividade que promova o engajamento dos educandos e possibilite a reflexão sobre o tema. O brincar como atividade involuntária é um ato natural, mas que possui fim em si mesmo. Em contrapartida, a utilização de recursos lúdicos como recurso didático tem objetivos bastante específicos.

Segundo Miranda (2001), mediante o jogo didático, vários objetivos podem ser atingidos relacionados à cognição, afeição, socialização, motivação e criatividade, campos esses que são responsáveis pela formação de personalidade, autoestima, inteligência e socialização dos sujeitos.

Nesse contexto, o jogo didático é uma ferramenta pedagógica que pode facilitar o processo de ensino por estabelecer uma relação afetiva entre o aluno e o conteúdo proposto, tornando o tema mais acessível e simplificando sua abordagem. Nessa perspectiva, o jogo é um meio para atingir o objetivo, que é a aprendizagem em prol da transformação social.

O jogo pode funcionar como um possibilitador, facilitando a interação e a introdução de temas, contribuindo para a receptividade dos educandos. Um jogo pode ser, inclusive, administrado e mediado pelos próprios alunos, tornando-os sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

O lúdico tem como função diversificar a dinâmica de uma aula, um debate, um grupo de estudos ou até mesmo uma conversa informal. Educar a partir do lúdico pode ter resultados bastante positivos, pois associam o aprendizado a algo prazeroso e até divertido, tornando o conteúdo de fácil assimilação.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE ESTUDO

Segundo Rodrigues (2007), a pesquisa científica é uma forma de procurar respostas para as indagações propostas. No mesmo sentido, Maria Cecília Minayo (1994) define a pesquisa como uma atividade básica das ciências em sua indagação e busca da descoberta da realidade, e, conseqüentemente, permanente. Nesta ótica, quando se trata de investigar fenômenos envolvendo seres humanos e suas complexas relações sociais, as quais se estabelecem nos mais diversos ambientes, a pesquisa qualitativa vem alcançando notório conhecimento, conforme elucida Arilda Godoy (1995). À luz da perspectiva qualitativa, um fenômeno se compreende com mais detalhes quando estudado no contexto em que ocorre (TRIVIÑOS, 1987). Sendo assim, compete ao pesquisador ir a campo captar essas perspectivas, recorrendo, portanto, a diversos instrumentos de pesquisa, quais sejam: uma pesquisa documental, um estudo de caso ou uma entrevista semiestruturada (GODOY, 1995). Assim sendo, neste estudo, buscou-se realizar uma análise das relações entre nosso vocabulário cotidiano e o racismo presente em nossa sociedade brasileira.

Compreende-se também que o estudo aqui descrito traz traços da pesquisa-ação, pois mesmo não tendo um *locus* específico de investigação, o material teórico que fundamenta as discussões aqui tecidas bem como o Produto Final desse memorial dissertativo, nomeado de Papo Black, pode ajudar professores e demais interessados na relação racismo e linguagem, a investigarem e intervirem na sua realidade de maneira lúdica.

Importa esclarecer que a pesquisa-ação, nos termos propostos por Tripp (2005), designa as pesquisas nas quais se investiga e se intervém numa realidade, de modo cíclico, no qual “planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (TRIPP, 2005, p.446).

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos dessa pesquisa foram 30 brasileiros e brasileiras adultos, com faixa

etária entre de 30 a 50 anos das mais diversas classes sociais, os quais faziam parte do círculo de convivência da pesquisadora. Dos 30 sujeitos convidados a participar da pesquisa, apenas 06 devolveram o formulário da pesquisa devidamente respondido.

Esses sujeitos foram contactados de antemão, ainda que virtualmente, e tiveram os objetivos da pesquisa apresentados, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE- Apêndice A). Em virtude da pandemia da Covid-19 que requereu isolamento social, a pesquisa não pode ser realizada presencialmente, então, a entrevista se deu por meio de formulário disponibilizado em meio digital, quer por e-mail, quer por meio de aplicativo de conversa (WhatsApp).

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada – cujas perguntas são expostas no Quadro 1- disponibilizada por formulário em meio digital, quer por e-mail, quer por meio de aplicativo de conversa (WhatsApp).

Quadro 1: Roteiro da entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA	
1	Me fale seu nome ⁴ e idade.
2	Segundo a classificação utilizada pelo IBGE, você se identifica como sendo branco(a), preto(a), pardo(a), amarelo(a) ou indígena?
3	Você sabe o que é racismo linguístico? Dê um exemplo.
4	Você utiliza ou já utilizou um ou mais dos seguintes termos em seu vocabulário cotidiano: “Não sou tuas negas”; “Inveja branca”; “Inhaca” e/ou “cor do pecado”; “mulata” “Até tenho amigos e/ou parentes negros”?
5	Quando utiliza alguns desses vocábulos, tinha a intenção de ofender ou desferir palavras racistas contra alguém?
6	Considerando os vocábulos apresentados no Item 4, como forma de racismo linguístico, você já sofreu ou presenciou algum caso de racismo linguístico?
7	Você tem interesse de conhecer termos de cunho racista do nosso vocabulário com o fim de ressignificá-los?

Fonte: Elaborada pela autora.

Convém esclarecer que antes da aplicação das questões entrevista

⁴ Seu nome não será divulgado na pesquisa. A informação servirá apenas para que a pesquisadora possa usar um codinome para identifica-lo (a).

semiestruturada, houve um contato virtual por videochamada com os possíveis sujeitos da pesquisa.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Essa pesquisa foi desenvolvida seguindo a recomendação do Conselho Nacional em Saúde, a saber, atentando para o que determinam as Resoluções nº 466/2012 e 510/2016, as quais tratam da ética em pesquisa com seres humanos.

Dessa forma, a identidade dos sujeitos entrevistados será mantida em sigilo e eles receberão um nome fictício, em homenagem a personalidades negras do cenário nacional e mundial.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Como as questões da entrevista semiestruturada foram todas discursivas, as respostas foram lidas, organizadas e analisadas à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Sendo assim, algumas etapas foram seguidas:

- 1) Leitura pormenorizada das respostas dos sujeitos da pesquisa.
- 2) Organização das respostas por núcleos de sentidos e, por fim,
- 3) Análise dos resultados confrontando as respostas encontradas com o material teórico que alicerçou a pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como nesta pesquisa o objetivo geral foi identificar vocábulos, termos, verbetes e palavras de origem racistas mais presentes cotidianamente em nosso vocabulário, primeiro foi realizado um levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados no banco de dados online da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre a temática “racismo linguístico”. Foram apresentados 119 trabalhos acadêmicos publicados sobre o tema, em comparação às 1943 teses e dissertações sobre o tema “racismo”.

Apesar da quantidade expressiva de pesquisas acadêmicas sobre racismo, a questão ainda é problemática no Brasil, sobretudo diante do negacionismo que se observa na sociedade. Há uma crença enraizada no imaginário popular do Brasil como um paraíso, um país onde não se encontra práticas racistas tão demarcadas como nos Estados Unidos ou na África do Sul onde durante anos vigorou o Apartheid.

Ainda que o racismo no Brasil não seja declarado, ele existe sim. Basta olharmos para os moradores das favelas. Qual a etnia destes? Ou ainda se observamos qual etnia compõe majoritariamente a população carcerária no Brasil? Qual a cor das pessoas que mais enfrentam dificuldade para terminar a educação básica e ingressar no ensino superior?

Esse negacionismo é o que torna a questão mais séria, mais problemática no Brasil. O racismo é velado, disfarçado e vem, muitas vezes, camuflado numa brincadeira, numa piada, em comentários jocosos que depreciam a imagem de negros e negras. E, por esse motivo, uma educação multiculturalista, antirracista e pautada em currículos e práticas pedagógicas decoloniais precisa ser implementada nos quatro cantos dessa nação.

4.1 VOCÁBULOS E TERMOS RACISTAS NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Em virtude do contexto pandêmico vivido nos últimos dois anos, a proposta de pesquisa precisou ser revista e adaptada a fim de ser aplicada posto que as medidas de enfrentamento da COVID-19 demandaram isolamento social e restrição da circulação de pessoas. Sendo assim, os sujeitos dessa pesquisa foram pessoas do

círculo de convivência da pesquisadora, com os quais ela tinha contato por meio de aplicativo de conversa e e-mail.

A princípio foram escolhidas 30 pessoas, às quais foram apresentadas a proposta desta pesquisa assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) através do aplicativo de conversa por celular (*WhatsApp*). Todos os participantes ficaram cientes de que, a qualquer momento, poderiam optar pela não continuidade da participação na pesquisa. Dos 30 sujeitos acionados, apenas 6 enviaram de volta as respostas das questões propostas pela entrevista semiestruturada.

Esses 06 participantes tiveram seu nome mantido em sigilo conforme orientam as diretrizes legais para pesquisa com seres humanos. Apenas a pesquisadora e a orientadora sabem os nomes dos entrevistados, informação usada para sistematização das respostas. Nesta pesquisa, os sujeitos entrevistados receberam nomes fictícios em homenagem a pesquisadores/as ou autores/as negros/as de renome no cenário nacional e internacional.

Dos seis sujeitos que responderam ao nosso questionário, quatro são homens e apenas duas são mulheres⁵. As participantes da pesquisa do sexo feminino foram denominadas, respectivamente, de *Sueli Carneiro* e *Angela Davis*. Os participantes do sexo masculino foram chamados de *Abdias Nascimento*, *Frantz Fanon*, *Machado de Assis* e *Silvio de Almeida*. No tocante a idade e identificação racial dos entrevistados temos os seguintes dados organizados na tabela a seguir.

Tabela 2: Dados socioeconômicos dos sujeitos da pesquisa

Nome	Idade	Profissão	Etnia
<i>Sueli Carneiro</i>	48 anos	Do lar	branca
<i>Angela Davis</i>	29 anos	Professora universitária	parda
<i>Abdias Nascimento</i>	36 anos	Servidor público concursado	preto
<i>Frantz Fanon</i>	35 anos	Estudante universitário	branco
<i>Machado de Assis</i>	40 anos	Pintor	preto
<i>Silvio de Almeida</i>	49 anos	Delegado da polícia civil	branco

Fonte: Dados da pesquisa

⁵ A questão da orientação sexual e de como cada entrevistado se reconhece quanto ao gênero não foi o foco dessa pesquisa.

Dos seis entrevistados apenas dois se declararam pretos. Um deles é servidor público e o outro pintor.

As duas primeiras questões da entrevista tinham como objetivo identificar socioeconomicamente os participantes. A partir da terceira, as perguntas foram concernentes ao racismo linguístico. Dessa forma indagou-se: você sabe o que é racismo linguístico? Dê um exemplo.

100% dos entrevistados declararam saber o que é racismo linguístico e como exemplo de racismo linguístico os exemplos recorrentes foram “macaco” ou “preto fedido”, o que, na vertente utilizada neste trabalho acadêmico, trata-se de uma das formas de racismo linguístico na modalidade injúria racial.

A pergunta seguinte foi concernente ao uso de algumas expressões no cotidiano. Dessa forma, indagamos: você utiliza ou já utilizou um ou mais dos seguintes termos em seu vocabulário cotidiano: “Não sou tuas negas”; “Inveja branca”; “Inhaca” e/ou “cor do pecado”; “mulata” “Até tenho amigos e/ou parentes negros”?

Na questão 4, a respeito da utilização de um ou mais termos apresentados em seu vocabulário, todos relataram que utilizam três ou mais desses vocábulos cotidianamente. A pergunta seguinte foi concernente à intencionalidade no uso das expressões listadas na questão 4. A esse respeito, 100% afirmaram que não tinham a intenção de ofender ou desferir palavras racistas contra alguém.

A resposta dos participantes mostra como brincadeiras e expressões depreciativas sobre negros e negras são repetidas, naturalizadas nos discursos do cotidiano. Por conseguinte, a necessidade de irromper com a repetição dessas ideologias depreciativas sobre negros e negras é emergente.

A pergunta seguinte foi se os participantes já tinham sofrido ou presenciado alguma pessoa sendo vítima de racismo linguístico. 100% dos participantes declararam que já sofreram com o racismo linguístico, assim como já presenciaram pessoas sofrendo com essa prática.

A última pergunta foi a respeito do interesse dos entrevistados de conhecer termos de cunho racista do nosso vocabulário com o fim de ressignificá-los. 83% dos entrevistados informaram que têm interesse em conhecer esses termos e buscar formas de ressignificá-los.

Assim, diante dos dados apresentados, faz-se necessária a busca de práticas antirracistas que, como define o professor Danti Lucchesi, busquem alterar nosso meio social.

Políticas de ações afirmativas têm buscado a reparação histórica de setores tradicionalmente marginalizados, facilitando o acesso de indígenas e afrodescendentes ao ensino superior. Contudo, velhas concepções discriminatórias de origem racista ainda vicejam em um plano importante da cultura: a língua (LUCCHESI, 2015, p. 23).

Com a pesquisa de intervenção realizada, o levantamento dos termos de origem racista mais utilizados em nosso vocabulário cotidiano foi o próximo passo para o desenvolvimento deste trabalho. A referida pesquisa foi realizada por intermédio do levantamento de trabalho acadêmicos, literaturas e cartilhas que tratam sobre a temática. A partir desses materiais, foram escolhidos em média 30 vocábulos apresentados nos referidos materiais.

A realização desse levantamento bibliográfico sobre os termos de origens racista e pejorativos mais utilizados cotidianamente em nossa sociedade, pretendia resultar na produção de uma proposta lúdica com o objetivo de orientar e educar, e que seja, principalmente, acessível à população negra de baixa renda sobre a temática do racismo linguístico.

Após a tabulação dos dados da entrevista semiestruturada, foi feita uma pesquisa por meio do site de busca Google, a fim de levantarmos o quantitativo de jogos pedagógicos disponíveis no meio virtual ou físico que tratam da temática racismo linguístico. Foi identificado que a grande maioria dos jogos sobre o tema são virtuais e individuais, sendo assim, para jogá-los, os usuários precisam ter acesso à internet durante todo o tempo do jogo, o que a população hipossuficiente nem sempre possui. Em alguns casos, os sites que disponibilizam esses jogos cobram alguns valores para que os usuários continuassem acessando.

Seguidas essas etapas, com base na minha experiência como ex-policial, função exercida por 10 anos em que presenciei várias formas de racismo nos meus locais de trabalho, esta investigação acadêmica buscou a criação de um **Produto Final** que possa ser utilizado na educação formal, mas que tenha como alvo principal a educação informal, como grupos de debates, agentes comunitários, movimentos sociais, grupos familiares e de amigos e os meios de comunicação de massa, ou seja, pessoas que se reúnem para debater o racismo e buscar propostas antirracistas para nossa sociedade.

Nessa seara, além dos objetivos que deram embasamento a essa pesquisa, resultando neste memorial, o ímpeto deste trabalho é torná-lo acessível à população interessada, a fim de promover conhecimento, reflexões e ressignificações. Assim,

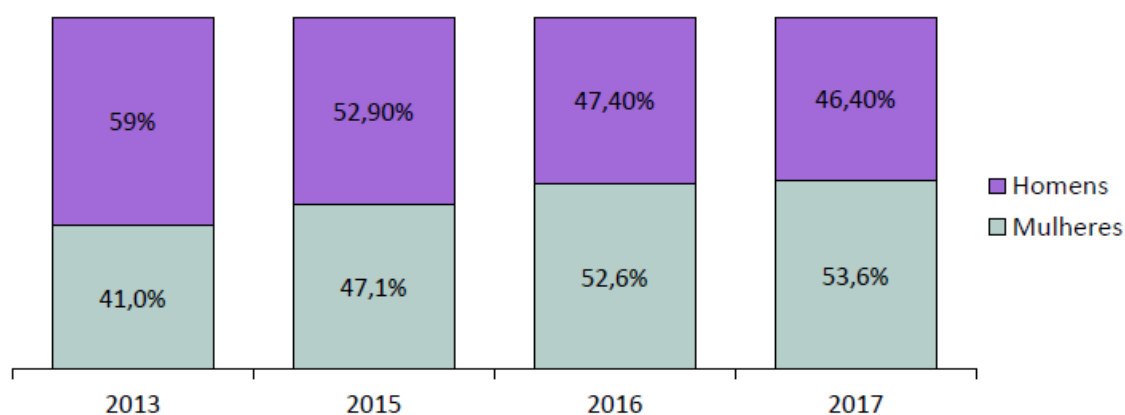
com base na pesquisa, revisão bibliográfica e no levantamento da insuficiência de jogos didáticos para grupos que sejam antirracistas e gratuitos, disponíveis por meio virtual, nasceu o **Produto Final-o Papo Black** (Apêndice B).

4.2 PRODUTO FINAL: APRESENTANDO O PAPO BLACK

O jogo “Papo Black” desenvolvido como produto final, tem como objetivo apresentar, discutir e ressignificar alguns termos do vocabulário brasileiro. O “Papo Black” será um jogo em forma de fichas com perguntas sobre determinado tema a ser usado como método didático informal, como forma de “quebra-gelo” ou de iniciar um debate em grupo sobre a violência verbal comum no nosso dia a dia.

A busca do lúdico como forma de enfrentamento ao racismo linguístico se justifica pelo fato de que, com o avanço tecnológico, os jogos têm um amplo alcance nacional com possibilidade de atingir pessoas de todos os gêneros, idade e classe social. A Pesquisa Game Brasil 2017, produzida pela Sioux7, Blend8 e ESPM, ao contrário da crença popular de que o maior público de jogos é masculino, demonstrou que, na verdade, trata-se do público feminino, o qual corresponde a 53,6% do total, em contraposição ao masculino, que é de 46,4%. A pesquisa também apresenta um contínuo crescimento da presença das mulheres entre os gamers de 2013 a 2017, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 8- Gamers por gênero no Brasil.

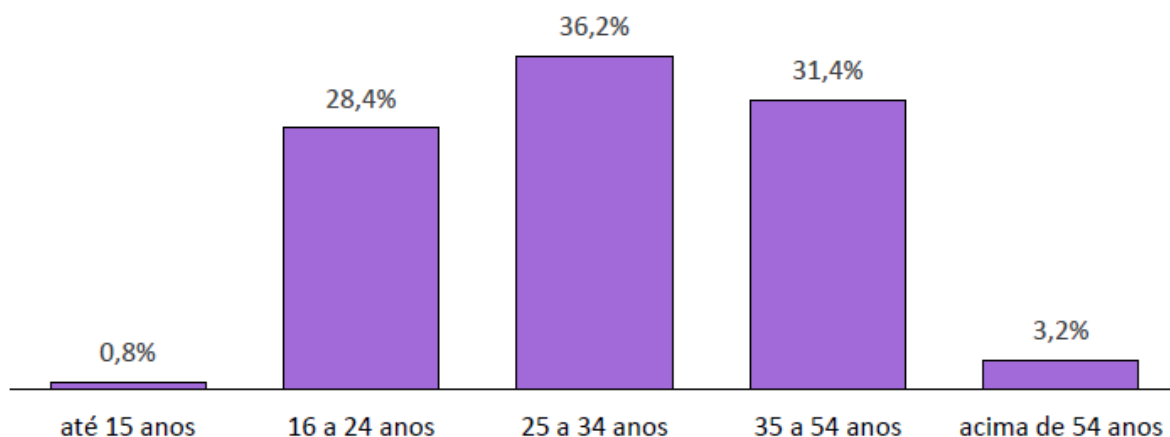


Fonte: EURÍSTENES; FERES JÚNIOR; MACHADO, M. 2018.

A referida pesquisa desmistifica a associação dos games com o público adolescente. Na verdade, a parte majoritária dos consumidores de games no Brasil

são os jovens, com idade entre 25 a 34 anos, seguidos pelos adultos, com faixa etária entre 35 a 54 anos, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Gamers por idade no Brasil.



Fonte: EURÍSTENES; FERES JÚNIOR; MACHADO, M. 2018.

Entretanto, a referida pesquisa não englobou a composição racial do público gamer brasileiro, bem como não foram encontrados dados em pesquisas sobre o tema, o que reforça a justificativa desse memorial, ou seja, a necessidade de criação de jogos voltados não apenas para o público negro, mas que seja, ao mesmo tempo, educacional, com finalidades antirracistas.

A prática do lúdico como forma de educação enquadra-se na educomunicação, termo estabelecido pelo professor e pesquisador Ismar Soares, definido por ele como:

conjunto das ações destinadas: integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (cumprir o que solicita os PCNs no que diz respeito a observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com nossos alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular. Esta é a razão de tantas palestras sobre a comunicação e suas linguagens); e, criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos (o que significa criar e rever as relações de comunicação na escola, entre direção, professores e alunos, bem como da escola para com a comunidade, criando sempre ambientes abertos e democráticos. Muitas das dinâmicas adotadas no Educom apontam para as contradições das formas autoritárias de comunicação); e, melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas (Para tanto, incluímos o rádio como recurso privilegiado, tanto como facilitador no processo de aprendizagem, quanto como recurso de expressão para alunos, professores e membros da comunidade) (SOARES, 2014, p. 1).

Entre as características da educomunicação, estão os procedimentos e os

recursos da informação; o reconhecimento de agentes sociais na educação formado por professores, alunos, mas, também, membros da comunidade educativa; o diálogo e a dialética participativa, e, eleição de procedimentos participativos que visam ampliar as formas de expressão e grupos de pessoas no processo educacional.

Para o pesquisador, o processo de educação não pode se restringir unicamente à educação formal, e no Brasil, as ONGs e organizações comunitárias já vêm utilizando novas práticas comunicativas ligadas às tecnologias, como rádio, televisão e internet como forma de democratização da comunicação e da educação informal.

Essas organizações sociais, à margem das universidades e da educação forma, criam meios entre os campos da comunicação e da educação e conseguem interferir em seu meio social, discutindo e criando formas de soluções dos seus problemas sociais e melhorias para a sua comunidade, e cabe a nós, pesquisadores, subsidiar a educação informal com materiais que auxiliem essa busca por conhecimento e materiais didáticos, que é um dos objetivos do Papo Black.

Assim sendo, esse produto final escolhido visa principalmente a educação não formal, ou seja, grupo de discussões sobre temas raciais, palestras, grupos de estudo e pesquisa, entre outros, visando alcançar o maior número de pessoas possível, mas, principalmente, proporcionar à população de baixa renda acesso gratuito ao material didático lúdico. Por conta disso, o jogo poderá ser solicitado gratuitamente no site <https://ludicopapoblack.wixsite.com/my-site-1>, o qual permite acessos tanto de computadores como por aparelhos celulares.

Após acessar o site, o interessado fará a solicitação e receberá via e-mail um arquivo com as cartas, cartilha de regras e glossário do “Papo Black”, assim, basta imprimir e cortar as cartas para ter acesso de forma gratuita a uma ferramenta de luta antirracista, troca de conhecimentos e vivências.

O “Papo Black” será em forma de cartas, como baralho, com perguntas e/ou citações de aproximadamente 30 verbetes, palavras ou termos diariamente usados no vocabulário do brasileiro, mas de origem racista, e que auxilia na proliferação e continuidade do racismo estrutural na nossa sociedade.

Essa metodologia lúdica poderá ser utilizada por grupos de estudos, discussões, pesquisas presenciais ou virtuais, uma vez que é composto por perguntas

e respostas claras, simples e objetivas, e o nível de aprofundamento dependerá do líder de equipe (educador) que estiver conduzindo o debate, levando em consideração a faixa etária e grau de instrução da equipe.

O “Papo Black” tem como objetivo ser um “quebra-gelo” para início de palestras, debates e bate-papo sobre o racismo, não possuindo regras fechadas. No entanto, faz-se necessário que seja composto por um manual de regras e um glossário, objetivando que os significados das palavras e o objetivo deste jogo antirracista não seja desvirtuado em consequência das teorias negacionistas e da democracia racial existente em nossa sociedade.

O manual buscará evitar que a proposta antirracista do jogo seja anulada, e que seu objetivo final seja alcançado, pois a cada vez que uma pessoa for utilizar um termo ou uma palavra racista, ela terá a consciência de seu significado histórico e buscará excluir ou ressignificar o referido termo, levando esse conhecimento a outras pessoas de seu círculo de convivência ou influência, formando, assim, uma corrente antirracista.

Em suma, o manual de regras consiste em um direcionamento para o líder do grupo (o educador) conduzir o debate. O glossário contém os significados dos termos ou palavras que estarão presentes nas cartas do jogo, apresentando os reais significados desses termos racista, os quais são construções históricas e sociais de uma sociedade colonizada e escravizada por três séculos.

Esses vocábulos foram normalizados no léxico de nossa sociedade devido ao desconhecimento do significado ou negação da opressão e preconceito nelas agregadas, carregando, inclusive, sentido de elogio ou piada, quando a elas são atribuídas um tom de sutileza ou de brincadeira, negando a violência simbólica empregada em cada fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A maior expressão do preconceito racial no Brasil está justamente na negação desse preconceito” (autor desconhecido).

A frase de autoria desconhecida descreve perfeitamente a realidade brasileira. Há uma negativa sistemática da existência do racismo, e tal atitude só contribui para uma conservação da estrutura social de poder e a continuidade da inferiorização do negro.

O racismo linguístico, como uma das formas de manutenção da estrutura de poder da branquitude sobre o povo negro, encontra-se presente em nosso cotidiano. Termos de cunho racista e pejorativos contra a população negra são utilizados como forma de “elogio” à mulher negra, ao homem negro, no entanto, são carregados historicamente de dor e sangue dos nossos antepassados, os quais foram violentados(as) e estuprados(as) pelos colonizadores. O racismo linguístico não se refere apenas aos estudos de vocábulos ou palavras, pois trata-se de um fenômeno histórico e científico, mas, ainda pouco discutido no meio acadêmico, sendo considerado como a relação interdependência da língua e com os demais elementos do racismo, criando um ciclo de retroalimentação.

Esse memorial, entretanto, debruçou-se sobre o racismo linguístico em sua vertente de ensino decolonial, buscando o questionamento de vocábulos, os quais têm seus fundamentos no eurocentrismo, que desconsiderou e desqualificou os pensamentos, cultura e os próprios sujeitos colonizados. Nessa seara, faz-se necessária a busca das ressignificações ou exclusões desses termos do nosso vocabulário, uma vez que a linguagem não é ingênua e nem tão pouco neutra, sendo fruto do comportamento social, cultural e da memória de um povo.

De certo que não se trata de um estudo isolado de palavras e termos, nem mesmo da busca por termos politicamente corretos, mas de compartilharmos um conhecimento e uma conscientização para as minorias, demonstrando os reais significados dessas palavras e/ ou vocábulos, para que elas possam ser ressignificadas ou retiradas do nosso vocabulário cotidiano em vez de serem repetidas sem a real consciência dos significados que carregam.

A linguagem exerce uma função social mantenedora da estrutura racial e dos aspectos culturais da nossa herança de colonizados, buscando manter a estrutura de poder da branquitude sobre o povo negro, como era no período da escravidão, ao mesmo tempo que explicita o racismo presente na sociedade brasileira.

O racismo linguístico é uma temática que carece de mais estudos acadêmicos, na pedagogia escolar, ao mesmo tempo que precisa, também, ser abrangido para a sociedade. A educação, formal e/ou informal, deve ser sempre pensada por uma perspectiva de transformação social, pois quanto mais pessoas obtiverem conhecimento das palavras de cunho racistas, mais serão as pessoas conscientes e com possibilidades de questionamentos sociais e, assim, poderemos sonhar com uma diminuição e/ou eliminação da violência verbal contra o povo negro brasileiro.

Mesmo consciente de que a luta contra o racismo linguístico é uma longa caminhada a se percorrer, dar o primeiro passo é uma necessidade, diante das formas de lutas antirracistas, lutas que alcancem as minorias, formando um espaço de ambientes de troca de vivências e resistência às opressões e às opressões raciais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARAÚJO, J. D. Educação e desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Rev. Direitos Humanos e Democracia**, v.2, n.3, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>. Acesso em 05 de jan.2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 12 ago. 2014. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. IBGE. **TABELA 6403 – População, por cor ou raça**. In: IBGE. Brasil, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CARREIRA, D. O lugar do sujeito branco na luta antirracista. **Sur - International Journal on Human Rights**, [S.l.], v. 15, n. 28, p. 127-128. 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CECHINATO, A. MARTINS, P., MENEGOTTO, R. P., TOLAZZI, G. **Fatores grupais que implicam na invisibilidade social**. In: SBDG. [S.l., 2014]. Disponível em: <https://www.sbdg.org.br/site/fatores-grupais-que-implicam-na-invisibilidade-social/>. Acesso em: 10 mar 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário**. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-150921.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CORREIA, M. A. Discriminação Racial nos Dicionários de Língua: Tópicos para Discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos. **ALFA**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 155-171, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1417/1118>. Acesso em: 07 fev. 2022.

DATAFOLHA: 30% dos brasileiros dizem ter sofrido preconceito por causa de classe social. In: G1. [S./], 16 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/datafolha-30-dos-brasileiros-dizem-ter-sofrido-preconceito-por-causa-da-classe-social.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DIZARD JUNIOR, W. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DUBOIS, J. **Dicionário de linguística**. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1988

EDUCAR. In: Dicionário Etimológico. [S./]. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/educar/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

EURÍSTENES, P., FERES JÚNIOR, J., MACHADO, M. Representação de gênero e raça em jogos de videogame. **Textos para discussão GEMAA**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/11/TD-Games-final.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

EVARISTO, C. **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GHIROTTI, E. **Pesquisa exclusiva**: 61% dos brasileiros acham que o país é racista. In: VEJA. [S./], 20 ago. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas** [online]. 1995, v. 35, n. 3 [Acessado 01 Maio 2022], pp. 20-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>>. Epub 18 Jul 2012. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Rev. Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1,jan-abr, 2012, p.98-109.

GOMES, N. L. G. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N., GROSFUGUEL, R.(orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-247.

GONZALEZ, L. **Mulher negra, essa quilombola**. [S./], 22 nov. 1961. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271089/mod_resource/content/1/Mulher%20negra%20essa%20quilombola.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

GOULART, R. S.; MELO, K. R. **A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental.** 2013. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ISMO. In: DICIO. [S.l.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ismo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JUSTI, A., KIRSCH, W. **‘Sou sobrevivente pela educação’, diz professora negra que comoveu a Flap ao falar de racismo.** In: Instituto Impulso. Curitiba, 7 ago. 2017. Disponível em: <http://www.impulsione.org.br/2017/08/07/sou-sobrevivente-pela-educacao-diz-professora-negra-que-comoveu-a-flap-ao-falar-de-racismo/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

KILOMBA, Grada. A máscara. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LEITE, I. B. **Descendentes de africanos em Santa Catarina:** invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, I. B. (org.). **Negros no sul do Brasil — invisibilidade e territorialidade.** Ilha de Santa Catarina: Letras contemporâneas, 1996.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas:** a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MARTINS, H.; CRUZ, M.M. Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre os termos ao longo da história. Jornal Estado de Minas (on-line). 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml Acesso em 28 de maio.2022

MÉNDEZ, C. **18 expressões racistas que você usa sem saber.** In: PORTAL Geledés. [S.l.], 19 nov. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>. 14 mar. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, S. No Fascínio do jogo, a alegria de aprender. In: **Ciência Hoje**, v.28, 2001 p. 64-66.

MORALES, J. O que é negacionismo e como ele apareceu ao longo da História. In: GUIA do estudante. [S.l.], 12 mar. 2021. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/o-que-e-negacionismo-e-como-ele-apareceu-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MOREIRA, A. J. **Racismo recreativo.** 1 ed. São Paulo: Pólen, 2019.

MORENO: A palavra já nasceu como uma grave ofensa. In: AVENTURAS na história. [S.l.], 16 nov. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/origem-da-palavra-moreno.phtml>. Acesso em: 4 mar. 2021.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Rio de Janeiro, 05 nov. 2003. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

MUNIZ JR., J. de S. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. **Intercom**. Curitiba, set. 2006. Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do 9º Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 32º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 21 de dezembro de 1965**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>. Acesso em: 06 fev. 2022.

‘NADA na linguagem é ingênuo e neutro’, diz professora sobre expressões de origem racista. In: G1. Rio Grande do Sul, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/18/nada-na-linguagem-e-ingenuo-e-neutro-diz-professora-sobre-expressoes-de-origem-racista.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2022.

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOVEMBRO Negro: conheça algumas expressões racistas e seus significados. In: SEDH. [S.l.], 17 nov. 2020. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/novembro-negro-conheca-alguas-expressoes-racistas-e-seus-significados>. Acesso em: 26 fev. 2021.

NUNES, J. C. **Debate sobre racismo está ausente em 24% das escolas públicas, segundo pesquisa**. In: BRASIL de fato. [S.l.], 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/22/debate-sobre-racismo-esta-ausente-em-24-das-escolas-publicas-segundo-pesquisa>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. In: IBGE. [S.l., 2021]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultad>. Acesso em: 21 mar. 2020.

PIERCE, C. **Stress analogs of racism and sexism: Terrorism, torture, and disaster**. In C. V. Willie, P. P. Rieker, B. M. Kramer, & B. S. Brown (Eds.), *Mental health, racism, and sexism* (pp. 277-293). Pittsburgh and London: University of Pittsburgh Press, 1995.

RACISMO. In: MICHAELIS On-line. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/racismo/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RIBEIRO, P. N., PITASSE, P. **Ser escritora não rompe com o imaginário em relação às mulheres negras.** In: BRASIL de fato. Maricá, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/07/25/ser-escritora-nao-rompe-com-o-imaginario-em-relacao-as-mulheres-negras>. Acesso em: 17 mar 2021.

RODAS, S. **STF equipara injúria racial a crime de racismo, considerando-a imprescritível.** In: CONJUR. [S.l.], 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-28/stf-equipara-injuria-racial-racismo-considerando-imprescritivel>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RODRIGUES, R. C.; BARBAHO, A. A. A Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede de Ensino: um estudo sobre a implementação da Lei Nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 199–219, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/614>. Acesso em: 19 mar. 2021.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. 2007. São Paulo: FAETEC, 2007.

SALES JR, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Dossiê - Sociologia da Desigualdade • Tempo soc**, 18 (2), nov 2006, p.229-258.

SILVA, L. A. da. et al. **Linguística em Foco**. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/26/o/EBOOK_LINGUISTICA_FINAL20.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

SOARES, I. de O. **Mas, afinal, o que é educomunicação?**. In: Portal do Núcleo de Comunicação e Educação. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/?wcp=/aeducomunicacao/texto,2,46,231>. Acesso em: 9 fev. 2022.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**/ Augusto Nivaldo Silva Trivinos – São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, C. O. do. Influências teóricas e teoria em Gilberto Freyre: um debate sobre a integração social e a “democracia racial”. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2017, vol. 1 n. 23, p.131-168.

ZITKOSKI, J. J. **Paulo Freire e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de mestrado intitulada **“As práticas lúdicas no enfrentamento à violência verbal, presente no cotidiano do povo preto brasileiro”**, realizada por Katia Gomes de Almeida Braga sob orientação da professora Dra. Célia Regina da Silva.

A pesquisa terá como objetivo geral identificar os vocábulos, termos, verbetes e palavras de origem racistas mais presentes cotidianamente em nosso vocabulário. Como objetivo específico apresentar o significado originário com vertente racista desses termos e as possíveis formas de ressignificações, quando possível; refletir como esses vocabulários auxiliam na preservação do racismo em nossa sociedade; identificar como a utilização de práticas lúdicas pode ao mesmo tempo ser usada no combate nesta violência linguística e ser acessível à população menos favorecida.

Para isso preciso da sua colaboração em algumas situações:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE.

2. Responder a entrevista semiestruturada *online*. Por ser *online*, a entrevista pode ser respondida no local e horário de sua preferência.

Para você, o risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário online, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 30 minutos. Para garantir a sua confidencialidade e a sua privacidade, apenas a pesquisadora e a orientadora saberão seu nome. No texto da pesquisa os entrevistados receberão nomes fictícios em homenagem a personalidades negras do cenário nacional e internacional. Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins científicos e os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é um voluntário livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou

interromper a participação a qualquer momento, sem qualquer penalidade pedagógica.

O sigilo da identidade do participante é garantido. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Ressaltamos, por fim, que a participação no estudo não acarretará custos para você, caso ocorra o contrário decorrente da sua participação na pesquisa, será assegurado o direito de ressarcimento, bem como se houver necessidade de indenização. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, cópia do mesmo será automaticamente enviada para seu endereço eletrônico ou número do aplicativo de conversa WhatsApp.

Responsáveis:

Katia Gomes de Almeida Braga
e-mail: almeida.kathia@gmail.com
Tel: 73 9 8890-2691

Prof^a. Dra. Célia Regina da Silva
e-mail: celiaregina@ufsb.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar minha participação, se assim o desejar. A pesquisadora Kátia Gomes De Almeida Braga e a Prof^a. Dra. Célia Regina da Silva certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Por fim, declaro que concordo em participar desse estudo e receberei uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido no e-mail cadastrado no questionário.

*Uma cópia será enviada automaticamente ao telefone/e-mail informado

APÊNDICE B- PRODUTO FINAL (PAPO BLACK)

© 2022 – KÁTIA GOMES DE ALMEIDA BRAGA

Orientadora: Dra. Célia Regina da Silva

Diagramação: Carolina Santos

Revisão: Layane Almeida

Kátia Gomes de Almeida Braga é Mestranda em **Educação e Relações Étnico-raciais** pela **USFB**, especialista em Direito Processual pela **PUC-MG** e Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Internacional **SIGNORELLI** e Bacharel em Direito pela **FADIPA**.

Todos os direitos reservados. Este **Jogo Didático** é o produto final de um Mestrado Profissional, e tem como finalidade a disseminação de Jogos Antirracista, e, qualquer parte dele não pode ser reproduzida ou usada de forma alguma sem autorização expressa, por escrito, da Mestranda, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha e/ou trabalhos científicos.

VOCÊ É NEGRO(A)?

Se SIM, alguém já te chamou de mulato(a) como forma de elogio? Você considerou como elogio? Por quê?

Se NÃO, você já chamou alguém de mulato(a) como forma de elogio?

JÁ CANTOU A MÚSICA “NEGA MALUCA”, DO GRUPO “AS MENINAS”, QUE FOI SUCESSO NOS ANOS 2000?

Antes deste jogo, você já tinha identificado o racismo impregnado na música, envolvido em um axé gostoso de dançar?

QUAL O PRIMEIRO PENSAMENTO QUE VEM À SUA MENTE QUANDO ESCUTA: “MARIA TEM UM PÉ NA COZINHA”?

O QUE É UMA BELEZA EXÓTICA PARA VOCÊ?

VOCÊ USA OU JÁ USOU ESSA EXPRESSÃO COMO ELOGIO A ALGUÉM?

VOCÊ JÁ USOU A EXPRESSÃO “NÃO SOU TUAS NEGAS”?

Se SIM, qual era o contexto e por que usou essa expressão?

Se NÃO, já ouviu alguém utilizar essa expressão? Qual era o contexto?

JÁ OUVIU O TERMO “BARRIGA SUJA” E/OU “LIMPAR BARRIGA”? VOCÊ TEM PESSOAS PRÓXIMAS, FAMILIARES OU AMIGOS QUE UTILIZAM ESSA EXPRESSÃO?

A próxima vez que ouvir essa expressão, você pretende ter uma atitude antirracista e explicar às pessoas envolvidas o quão violenta e racista essa fala é, tanto com a mãe quanto com o feto?

VOCÊ JÁ CHAMOU ALGUÉM DE MORENO(A)? SABE O SIGNIFICADO DESSE TERMO?

(Consultar o significado no Glossário)

Agora que você entendeu o significado dessa palavra, pretende continuar utilizando esse termo em seu dia a dia?

JÁ SENTIU “INVEJA BRANCA” DE ALGUÉM?

Fale sobre o significado desse termo para você.

ESCUTE A MÚSICA “LOURINHA BOMBRIL” E CITE PELO MENOS DUAS EXPRESSÕES RACISTAS PRESENTES NA MÚSICA E NO GLOSSÁRIO. ~~~~~ Antes deste jogo, você já tinha identificado o racismo impregnado nessa música tão famosa?	CONHECE ALGUMA DOMÉSTICA? JÁ USOU O TERMO “MINHA DOMÉSTICA”? ~~~~~ (Consultar o significado no Glossário) Você pretende continuar utilizando o termo “doméstica” para se referir às pessoas que trabalham em sua residência?	VOCÊ TEM UM CRIADO-MUDO EM SEU QUARTO? ~~~~~ (Consultar o significado no Glossário) Você conhecia esse significado? Faça uma análise do peso do racismo na nossa língua: como uma palavra “tão inofensiva” pode ser “tão racista”?
QUANDO VOCÊ ERA CRIANÇA, JÁ FOI CHAMADO DE “CABELO DURO” OU “CABELO BOMBRIL”? ~~~~~ Se SIM, como se sentia? Se NÃO, já chamou alguém de “cabelo duro” ou “cabelo bombril”? Já parou para pensar como a outra criança se sentia?	VOCÊ ASSISTIU À NOVELA “DA COR DO PECADO”, DA REDE GLOBO? ~~~~~ Faça uma correlação da personagem “Preta”, representada pela linda atriz negra Taís Araújo, e o significado dessa expressão no Glossário.	SEJA BEM SINCERO: JÁ OUVIU A FRASE “ATÉ TENHO AMIGOS E/OU PARENTES NEGROS” EM UM CONTEXTO QUE NÃO FOSSE ANTECEDIDO POR UMA ATITUDE RACISTA? ~~~~~ Cite pelo menos dois exemplos nos quais essa frase é constantemente usada.
JÁ CONHECIA A EXPRESSÃO “DIA DE BRANCO”? ~~~~~ Com base nas desigualdades sociais e raciais existentes em nosso país, faça uma análise sobre o significado apresentado no Glossário e o contexto social e econômico atual do nosso país.	O QUE SIGNIFICA O TERMO “INHACA”? ~~~~~ () Ilha paradisíaca, localizada em Moçambique. ou () Termo utilizado para definir cheiros desagradáveis ou odores fortes, normalmente ligados à transpiração.	VOCÊ JÁ UTILIZOU A EXPRESSÃO “DISPUTAR A NEGA” PARA SE REFERIR A UM “CONTATINHO”? ~~~~~ Faça uma análise com o grupo sobre a carga racista, machista e misógina presente nessa frase.

JÁ CONHECE O SITE HTTPS://LUDICOPAPOBLACK.WIXSITE.COM/MY-SITE-1 ? ~~~~~ Acesse e deixe seu depoimento sobre o Papo Black. Vamos espalhar nosso Jogo Antirracista por todo o país.	QUANDO VOCÊ SE REFERE AOS ANCESTRAIS AFRICANOS QUE POVOARAM O BRASIL, VOCÊ OS DENOMINA "ESCRAVOS" OU "PESSOAS ESCRAVIZADAS"? ~~~~~ (Consultar o significado no Glossário) Após a consulta, você consegue identificar a diferença nas referidas denominações?	"O EVENTO FOI UM SUCESSO. DEU GENTE A DAR COM PAU." ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista: "O baile foi um sucesso, deu gente_____."
"CARLOS ENTREGOU SEU TCC ONTEM. PENSA EM UM SERVIÇO DE PRETO." ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista: "Carlos entregou seu TCC ontem. Pensa em um _____."	"MARIA, VOCÊ ESTÁ NA MINHA LISTA NEGRA." ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista: "Maria, você está na minha lista_____."	"QUE MULATA LINDA! VEJA A BELEZA EXÓTICA DELA!" ~~~~~ Substitua as expressões racistas acima por outras não racistas: "Que _____ linda! Veja a _____ dela!"
"JOÃO SEMPRE FOI A OVELHA NEGRA DA FAMÍLIA." ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista: "João sempre foi _____ da família."	"MARCELA DENEGRU MINHA IMAGEM NO BAIRRO." ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista: "Marcela _____ minha imagem no bairro."	"MARCOS, QUE SERVIÇO FEITO NAS COXAS É ESSE?" ~~~~~ Substitua a expressão racista acima por outra não racista. "Marcos, que serviço _____ é esse?"



GLOSSÁRIO DO PAPO BLACK



Este glossário é um componente da proposta lúdica Papo Black, e por se tratar de um jogo antirracista, as expressões que o compõem deverão levar em consideração as definições aqui descritas, não os significados populares que as referidas expressões possuem em nosso cotidiano.

1

“A coisa tá preta”, “Serviço de preto”, “Mercado negro”, “Magia negra”, “Lista negra” e “Ovelha negra”: todas essas expressões têm o mesmo sentido, ou seja, associam o “preto” a coisas ruins, desagradáveis e difíceis que acontecem em nosso cotidiano, empregando-as sempre no sentido negativo. Esses termos já vêm experimentando uma ressignificação, principalmente nas redes sociais, músicas e literaturas antirracistas, como a substituição de “a coisa tá preta” por “se a coisa tá preta, a coisa tá boa”, por exemplo.

2

“A dar com pau”: popularmente usada para designar “grandes quantidades”, tal expressão nasceu nos navios negreiros, onde estavam os negros originários da África a caminho do Brasil para serem vendidos como escravos. Quando se negavam a comer como forma de resistência à violência imposta pelos europeus, eles eram alimentados à força com “um pau de comer”.



3

“Amanhã é dia de branco”: tal expressão é utilizada para designar o “dia de trabalhar”. A expressão é preconceituosa e irônica, contextualizada em um país onde os negros foram obrigados a trabalhar como escravos por três séculos, e que após a “abolição”, não lhes foram concedidas oportunidades de educação e trabalho, restando a eles os trabalhos informais e subempregos, ou seja, aqueles que necessitam de pouca ou nenhuma formação profissional.

4

“Até tenho amigos e/ou parentes negros”: trata-se de uma frase defensiva, geralmente utilizada quando uma pessoa branca é questionada por uma atitude racista ou injúria racial, sendo considerada racista pelo fato de que o termo “até” designa uma exceção, além de que ninguém utiliza a expressão “eu até tenho amigos brancos”, uma vez que nesse contexto, ter amigos brancos é considerado normal, ao contrário de relações com pessoas negras.



5

"Barriga suja" ou "limpar barriga": termo muito comum ainda nos dias de hoje, principalmente na região nordeste. O termo "barriga suja" é empregado quando a mulher tem um filho negro, então sua barriga é "suja". Já o "limpar barriga" é normalmente utilizado como forma de aconselhar a mulher a ter filhos com homens brancos para "limpar a barriga". A expressão, por si só, já demonstra todo o preconceito nela empregado, pois por meio da teoria do embranquecimento, ensina à população negra como devem proceder, e esta, em busca da aprovação social, acaba por adotar as regras impostas como forma de aceitação.

6

"Beleza Exótica": segue a ideologia do embranquecimento e de obediência aos padrões eurocêntricos, o qual considera como "exótica", diferente e extravagante qualquer beleza que não seja a definida por esse padrão, qual seja a pele branca, o cabelo liso de cor loira e os olhos azuis.



7

“Cor de Pele”: o termo “cor de pele” é apresentado à criança por meio do lápis de cor, sendo uma cor clara de tom rosado, ensinando-a, de forma sutil, que aquele é o tom natural da pele. No entanto, essa verdade não é universal, uma vez que não representa a maioria das cores de pele que compõem o Brasil.

8

“Cabelo ruim”: é utilizado com sentido pejorativo e racista, tendo como sinônimo cabelos “rebelde”, “cabelo duro”, “carapinha”, “mafuá”, “piaçava” e “bombril” para definir o cabelo crespo da pessoa negra. Durante séculos, foi utilizado como forma de racismo, agressões verbais, ataques a autoestima da mulher negra e objeto do racismo recreativo como forma de diversão para a população branca. O termo é um contraponto aos “cabelos normais”, amplamente utilizados pelas indústrias cosméticas para se referir aos cabelos lisos, impostos pelo padrão eurocêntrico.



9

“Criado-mudo”: termo utilizado para definir uma pequena mesa de cabeceira de cama. Esse termo teve origem na época da escravidão, quando os criados, que eram os sujeitos escravizados, tinham a função de segurar os objetos para os seus senhores, e como estes não tinham direito de falar, nasceu a expressão “criado-mudo”.

10

“Cor do pecado”: popularmente entendida como elogio, trata-se, na verdade, de uma objetificação do corpo feminino negro, principalmente quando utilizada em uma sociedade majoritariamente cristã (católicos e protestantes), em que o próprio termo “pecado” é considerado como algo ruim, do qual o ser humano deve se manter distante.



11

“Denegrir”: tem como sentido literal “tornar negro”, no entanto, o seu sentido conotativo é utilizado pela sociedade como “manchar a reputação”, ou seja, tornar-se negro é uma mancha na reputação, antes considerada limpa pela sociedade.

12

“Disputar a nega”: tal expressão era utilizada quando uma negra escravizada era apostada ou disputada pelos brancos em um tipo de jogo. Além do racismo, tal expressão é misógina e criminosa, uma vez que essa mulher era estuprada pelo senhor.

13

“Doméstica”: termo presente nos dicionários brasileiros para definir mulheres que trabalham em atividades caseiras. Essa expressão tem conotação histórica, uma vez que “domesticar” era uma forma de correção aplicada aos escravos tidos como “rebeldes”, além de relacioná-los a animais.



14

“Escravo”: termo designado para definir as pessoas que foram retiradas à força da África para trabalharem para os senhores. Esse termo refere-se a elas como pessoas passivas, sem direitos ou sonhos, quando na verdade tratam-se de seres humanos arrancados violentamente de seu meio social, família, cargos e funções na sociedade, e escravizados pelos brancos europeus. O termo “escravo” pode ser substituído por “pessoas escravizadas”.

15

“Estampa étnica, tribal ou africana”: expressão utilizada no “mundo da moda” para definir desenhos ou estampas em tecido originário de países, povos ou tribos africanos, considerados exóticos, criados fora do mundo eurocêntrico. É considerada preconceituosa por ser muito ampla, não citando o povo ou tribo onde foi confeccionada ou criada, desconsiderando o trabalho e a cultura daquele povo.



16

“Fazer nas coxas”: expressão utilizada para qualificar um serviço mal executado. No entanto, historicamente, a expressão nasceu da técnica que as pessoas escravizadas utilizavam para fabricar as telhas. Por falta de equipamentos apropriados, as telhas eram moldadas nas coxas e, conseqüentemente, cada uma tinha tamanhos e espessuras diferentes e não se encaixavam no final, sendo consideradas mal feitas, dando origem à referida expressão.

17

“Inhaca”, “nhaca”: termo usado para denominar cheiros desagradáveis ou odores fortes. Reforça os estereótipos e o racismo contra os negros, uma vez que sua origem veio de uma ilha em Moçambique, no continente Africano, de nome “Inhaca”.



18

“Inveja branca”: ao contrário do que ocorre com o termo “negro”, que é sempre associado a algo negativo, o “branco” é utilizado como um “purificador”, ou seja, a inveja, que é considerada um sentimento negativo, uma vez que a pessoa se sente infeliz pela felicidade alheia, passa a ser um sentimento bom, ou seja, “estou feliz por você, mas também queria ter alcançado tal meta”, por exemplo, simplesmente por agregar o termo purificador “branca” ao final.

19

“Meia-tigela”: expressão empregada como sinônimo de mediano. A expressão era designada para apelidar os negros que trabalhavam nas minas de ouro, uma vez que quando não alcançavam a meta determinada, recebiam como punição apenas metade da alimentação, que era servida em tigelas.



20

“Moreno(a)”: popularmente utilizado como forma de substituição para “negro” e “pardo” quando uma pessoa considera ofensivo os termos “negro” ou “preto”. No entanto, o termo “moreno” é de origem espanhola, e era utilizado pelos europeus para denominar os habitantes do norte da África, exceto o Egito, conhecidos como “Mouros”, os quais eram considerados de classe inferior, inimigos da fé, com sangue “poluído” e alvo da Inquisição.

21

“Mulata”: termo usualmente empregado para definir “mulheres negras bonitas”, o que já carrega sentido preconceituoso, uma vez que trata a beleza negra como uma exceção. Ademais, a etimologia da palavra, que tem origem espanhola, significa “filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua”. Essa expressão também tem uma carga machista quando utilizada como “mulata tipo exportação”, pois retrata a mulher negra como objeto que, mesmo após a abolição da escravidão, pode ser comercializada.



22

“Não sou tuas negas”: expressão que, por si só, já demonstra todo o racismo e machismo que a compõem, denotando a mulher negra como “qualquer uma”, contra quem é permitido qualquer ato de desrespeito, lembrando a época da escravidão, quando a mulher negra era um objeto de propriedade do homem branco que a estuprava para satisfazer seus desejos sexuais.

23

“Negra maluca”: expressão utilizada para denominar um tipo de bolo, bem como para uma personagem do carnaval, uma boneca de cor preta, sorriso exagerado, algumas sem dentes, sendo uma representação exagerada e totalmente estereotipada da mulher negra, caracterizando tipicamente o racismo estrutural. Tanto a nomenclatura quanto a personagem têm a função de reforçar os estereótipos da mulher negra, não apenas físicos, mas o da sexualidade aflorada, a passividade, e o de que mesmo sendo pobre e com todas as dificuldades, está sempre sorrindo, não dando a ela o direito de exigir dignidade e respeito.



24

“Samba do crioulo doido”: a expressão é empregada para caracterizar situações confusas ou atrapalhadas, e foi criada no final da década de 60 como forma de ironizar a imposição do Departamento de Turismo da Guanabara/RJ às escolas de samba para criarem enredos apenas relacionados à História do Brasil. Então o compositor criou o referido enredo, no qual juntou vários fatos e personagens da história brasileira, mesmo sem vínculos históricos ou temporais, intitulando-o de “crioulo doido”, reafirmando o estereótipo e a discriminação ao homem negro.

25

“Ter um pé na cozinha”: o próprio sentido da expressão já é de cunho racista, uma vez que é utilizada para se referir a pessoa que possui ancestrais negros, fazendo uma relação com contexto histórico das mulheres negras escravizadas, que eram colocadas para trabalhar na cozinha da casa grande e, muitas das vezes, estupradas pelos senhores e obrigadas a darem à luz os filhos que eram frutos dessa violência.



REGRAS DO PAPO BLACK

O “Papo Black” é o produto final da Pós-graduação stricto sensu em Educação e Relações Étnico-Raciais da UFSB da mestranda Kátia Gomes de Almeida Braga, e visa à educação não formal, ou seja, pode ser utilizado por grupos de discussões sobre temas raciais, em palestras, grupos de estudo e pesquisa, entre outros. Contudo, objetiva, principalmente, proporcionar à população de baixa renda o acesso gratuito a materiais didáticos e lúdicos sobre a luta antirracista.

O “Papo Black” é formado por cartas, como um baralho, que contêm perguntas e/ou citações de aproximadamente 30 verbetes, palavras ou termos diariamente usados no vocabulário do brasileiro, mas que são de origem racista e que cotidianamente se proliferam e dão continuidade ao racismo estrutural em nossa sociedade.

Essa metodologia lúdica poderá ser utilizada por grupos de estudos, discussões, pesquisas presenciais ou virtuais, uma vez que é composta por perguntas e respostas claras, simples e objetivas.

O nível de aprofundamento dependerá do líder de equipe (educador) que estiver conduzindo o debate, levando em consideração a faixa etária e o grau de instrução da equipe.

O “Papo Black” tem como objetivo ser um “quebra-gelo” para início de palestras, debates e bate-papos sobre o racismo, não possuindo regras fechadas. O líder do grupo direcionará as perguntas e/ou asserções para um ou mais componentes do grupo, que as responderão, iniciando, assim, um debate.

O tempo limite para resposta e/ou argumentações será definido em conjunto pelo próprio grupo, bem como a quantidade de cartas que serão usadas em cada encontro, as quais serão selecionadas de forma livre, não existindo uma hierarquia ou ordem numérica entre si.

No entanto, faz-se necessário que este jogo seja composto, também, por este manual e pelo glossário, a fim de que os significados das palavras e o objetivo dessa proposta não sejam desvirtuados devido às teorias da democracia racial e do negacionismo existentes em nossa sociedade.

O glossário tem como finalidade garantir que o objetivo final do jogo seja alcançado, além de evitar que a proposta antirracista seja anulada, pois cada vez que uma pessoa for utilizar um termo ou uma palavra racista, ela terá a consciência de seu significado histórico e buscará excluir ou ressignificar o referido termo, levando esse conhecimento a outras pessoas de seu círculo de convivência ou influência, formando, assim, uma corrente antirracista.

O “Papo Black” é uma proposta lúdica livre, pois seguirá a condução do líder da equipe, tendo como única regra a obediência aos significados das palavras e expressões que compõem o glossário, o qual apresenta os reais significados dos termos racista decorrentes de construções históricas e sociais de uma sociedade colonizada e escravizada por três séculos.

Esses vocábulos foram normalizados no léxico de nossa sociedade devido ao desconhecimento dos significados ou à negação da opressão e preconceito neles agregados, carregando, inclusive, sentido de elogio ou piada quando a eles são atribuídos tons de sutileza ou brincadeira, negando a violência simbólica empregada em cada fala.

Agora que você já conhece as regras, é só se divertir. Ah, e não se esqueça de compartilhar nosso site para que a luta antirracista se espalhe por todo o canto. Acesse:
<https://ludicopapoblack.wixsite.com/my-site-1>.

